



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

SERVIÇO SOCIAL

**REFLEXÕES SOBRE O CICLO DA VIOLÊNCIA E PERFIL DAS MULHERES EM
SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO ATENDIDAS NA CASA ABRIGO DE
FOZ DO IGUAÇU**

LILIANE SOARES SESSI

Foz do Iguaçu
2023

**REFLEXÕES SOBRE O CICLO DA VIOLÊNCIA E PERFIL DAS MULHERES EM
SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO ATENDIDAS NA CASA ABRIGO DE FOZ DO
IGUAÇU**

LILIANE SOARES SESSI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof^a. Dra. Juliana Domingues

Foz do Iguaçu
2023

LILIANE SOARES SESSI

**REFLEXÕES SOBRE O CICLO DA VIOLÊNCIA E PERFIL DAS MULHERES EM
SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO ATENDIDAS NA CASA ABRIGO DE FOZ DO
IGUAÇU**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof^a. Doutora Juliana Domingues
UNILA

Prof. Pós Doutora Cristiane Sander
UNILA

Prof. Mestre Elmides Maria Araldi
UNILA

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): _____

Curso: _____

Tipo de Documento	
(.....) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(.....) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....)

Título do trabalho acadêmico: _____

Nome do orientador(a): _____

Data da Defesa: ____/____/____

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública **Creative Commons Licença 3.0 Unported**.

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço aos meus filhos pelo apoio e suporte neste momento, ingressar e permanecer na academia sendo mulher é um grande desafio, quando soma-se a isso a rotina de ser uma mantenedora do lar, conjugam-se grandes dificuldades, seguir estudando é um ato de coragem. Agradeço a paciência que meus filhos tiveram comigo e agradeço o incentivo em permanecer estudando, sempre que a vontade de evadir surgia.

Também quero agradecer a minha supervisora de campo, Assistente Social Aline Ferreira Braz, que através do campo de estágio me mostrou o universo da atuação profissional, sempre com muita ética, e um olhar humanizado que me permitia sempre a vinculação ao Código de Ética do Assistente Social.

Agradeço à minha professora orientadora Dra. Juliana Domingues, pela paciência não só pela constante orientação neste trabalho, mas por não ter soltado a minha mão neste processo de ensino-aprendizagem.

Aos colegas de curso, em especial a minha tão presente amiga e colega de turma Gessy Pereira Soares, que me recebeu em todos os meus momentos de angústia, também agradeço a minha turma, hoje somos menos de uma dezena, estar com vocês me fez mais forte e permitiu chegar até aqui.

A prof. Dra. Cristiane Sander e Professora mestre Elmides Maria Araldi, por terem sempre me inserido com muita ética e desassombro no universo da pesquisa.

E claro, a todas as mulheres que fizeram um mosaico de luz para que eu pudesse ter tempo e chegar até aqui, a minha comadre Zilma Ribeiro de Jesus , as colaboradoras da Casa Abrigo , a Professora e Dra. Naomi Anaue Burda professora de geografia da Universidade Federal da Integração Latino Americana, vizinha e amiga que compartilhei muitas angústias, a todas as mulheres que me deram força .

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo identificar o perfil das mulheres atendidas na Casa Abrigo de Foz do Iguaçu durante o ano de 2019, 2020 e 2021, trazendo reflexões acerca do ciclo de violência. Logo, introduzindo os aspectos históricos e conceituais sobre a violência de gênero e caracterizando a rede de atendimento às mulheres em situação de violência em Foz do Iguaçu com ênfase na Casa Abrigo. A pesquisa utilizada será a quantitativa, trata-se de pesquisa documental através de análise das fichas de atendimentos disponibilizadas pela instituição. Quanto ao perfil das mulheres atendidas na Casa Abrigo foi possível evidenciar que são mulheres brasileiras e estrangeiras, brancas pretas e pardas, com pouca ou nenhuma escolaridade, que mais de 40% delas recebe algum benefício social, já são reincidentes na casa abrigo, pois a falta de renda, rede de apoio e filhos influenciam na permanência do ciclo de violência. Constatou-se que houve um aumento nos acolhimentos entre os anos 2019 e 2021. E o que os dados podem servir de base para a elaboração de políticas públicas para a região de fronteira, bem como a ampliação e investimento na rede de proteção a mulher em Foz do Iguaçu.

Palavras-chave: violência de gênero; casa abrigo; ciclo da violência.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo identificar el perfil de las mujeres atendidas en la Casa Abrigo de Foz do Iguaçu durante los años 2019, 2020 y 2021, trayendo reflexiones sobre el ciclo de la violencia. Por lo tanto, introducir los aspectos históricos y conceptuales de la violencia de género y caracterizar la red de atención a las mujeres en situación de violencia en Foz do Iguaçu, con énfasis en Casa Abrigo. La investigación utilizada será cuantitativa, se trata de una investigación documental a través del análisis de los registros de asistencia puestos a disposición por la institución. En cuanto al perfil de las mujeres atendidas en la Casa Abrigo, se pudo evidenciar que son mujeres brasileñas y extranjeras, blancas, negras y pardas, con poca o ninguna educación, que más del 40% de ellas reciben algún beneficio social, ya son reincidentes en el albergue, porque la falta de ingresos, red de apoyo y niños inciden en la permanencia del ciclo de violencia. Se constató que hubo un aumento de acogidas entre 2019 y 2021. Y qué datos pueden servir de base para la elaboración de políticas públicas para la región fronteriza, así como la ampliación e inversión en la red de protección a la mujer en Foz do Iguazú.

Palabras clave: violência de gênero; casa de acogida; ciclo de violência.

ABSTRACT

The present work aims to identify the profile of the women attended at Casa Abrigo de Foz do Iguaçu during the year 2019, 2020 and 2021, bringing reflections on the cycle of violence. Therefore, introducing the historical and conceptual aspects of gender violence and characterizing the service network for women in situations of violence in Foz do Iguaçu, with emphasis on Casa Abrigo. The research used will be quantitative, it is a documentary research through the analysis of the attendance records made available by the institution. As for the profile of the women attended at the Casa Abrigo, it was possible to show that they are Brazilian and foreign women, white, black and brown, with little or no education, that more than 40% of them receive some social benefit, they are already repeat offenders in the shelter, because the lack of income, support network and children influence the permanence of the cycle of violence. It was found that there was an increase in receptions between 2019 and 2021. And what data can serve as a basis for the elaboration of public policies for the border region, as well as the expansion and investment in the protection network for women in Foz do Iguacu.

Key words: gender violence; shelter house, cycle of violence.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....	14
2.1 REFLEXÕES SOBRE O CICLO DA VIOLÊNCIA	21
3 REDES DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO A MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM FOZ DO IGUAÇU	31
3.1 FOZ DO IGUAÇU E AS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO Á VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	31
3.2 CASA ABRIGO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA E RISCO EM FOZ DO IGUAÇU	36
4 RESULTADOS DA PESQUISA.....	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	54
ANEXO A – FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS.....	60
ANEXO B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL PARA USO DE DOCUMENTOS.....	67

1 INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Mundial de Saúde, a violência é um dos principais problemas mundiais de saúde pública (Organização Mundial de Saúde, 2002), ela afeta todas as sociedades, seus indivíduos, e traz inúmeros prejuízos para as relações sociais e econômicas.

Compreendida como “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (Organização dos Estados Americanos, 1994, art. 1).

A violência não está distante das mulheres residentes ou em trânsito no município de Foz do Iguaçu e se enquadra como um problema de grande relevância social, sendo concebido pela Política Nacional de Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres como:

[...] uma das principais formas de violação dos seus direitos humanos, atingindo-as em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física. Apesar de ser um fenômeno que atinge grande parte das mulheres em diferentes partes do mundo, dados e estatísticas sobre a dimensão do problema ainda são bastante escassos e esparsos (Brasil, 2010, p. 3).

Deste modo, a presente pesquisa tem rebatimento social, e se origina no sentido de responder a pergunta: Qual o perfil das mulheres atendidas no ano de 2019 e 2020, 2021 na casa abrigo para mulheres em situação de violência e risco de morte em Foz do Iguaçu? com vistas a identificar o perfil delas, apresentando os aspectos históricos e conceituais sobre a violência de gênero e o ciclo da violência, passando a caracterizar a rede de atendimento à mulher em situação de violência com ênfase na Casa Abrigo de Foz do Iguaçu, refletindo por fim, sobre o perfil encontrado e o ciclo de violência.

A produção destes dados poderá indicar não apenas características sociais e econômicas de quem são as mulheres que estão em situação de violência na tríplice fronteira, como poderão servir de embasamento para a construção de políticas públicas, visto que a violência sentida pelas mulheres pode favorecer o desenvolvimento de várias doenças “como hipertensão, angústia, depressão, sofrimento psíquico e outras” Lisboa e Pinheiro (2005, p.210).

Nosso trabalho através desta pesquisa é desenhar quem são as mulheres, seu perfil, e a gama de expressões e manifestação da questão social¹ que as envolvem,

1 A gênese da ‘questão social’ encontra-se o caráter coletivo da produção e da apropriação privada do trabalho, de seus

contribuindo para que o ciclo de violência se instale, trazendo resultados que apontem para o público-alvo, trazendo recorte para faixa etária, estado civil, etnia declarada, escolaridade, renda, número de filhos, possibilitando a elaboração do perfil das mulheres, e a produção dos dados que favorecerão as futuras ações por parte do poder público que visem o rompimento do ciclo de violência de acordo com dados produzidos.

Por fim, a Cidade de Foz do Iguaçu, se localiza na fronteira com os países; Paraguai e Argentina, e produzir dados acerca do perfil das mulheres, nos possibilitará também, visualizar quantas estrangeiras acessam este local.

Ainda, para contribuir com a prevenção da violência como prioridade de saúde pública a Organização Mundial da Saúde “[...] Solicita que Estados membros avaliem os problemas da violência em seus territórios e comuniquem à OMS tais informações [...]” (Organização Mundial de Saúde, 2002, local. 19).

Corroborando ainda esta pesquisa, o fato de que:

A violência contra mulher tornou-se objeto de intervenção profissional do Assistente Social como um desafio posto no cotidiano, sobre o qual ele deverá formular um conjunto de reflexão e de proposições para a intervenção. (Lisboa; Pinheiro, 2005, p. 204)

O presente estudo, também aponta a importância desta matéria para o Serviço Social, frente realidade que se coloca, como enfrentamento as desigualdades socialmente produzidas nesta sociedade capitalista, de acordo com Alcântara *et al.* (2018, p.15) “a violência não é uma anomalia do ser humano. Ela é um fenômeno socialmente constituído, que vem se reproduzindo historicamente”.

Desta forma o estudo propõe identificar o perfil das mulheres que estiveram na Casa Abrigo no ano de 2019 e 2020 e refletir acerca do ciclo de violência, apresentando aspectos conceituais e históricos sobre a violência de gênero, caracterizando a rede de atendimento á mulher em situação de violência em Foz do Iguaçu com ênfase na Casa Abrigo, e realizando apontamentos que irão contribuir para a construção de novos debates sobre a violência de gênero.

Para balizar e fundamentar as discussões ao longo do trabalho é imprescindível a utilização de um levantamento bibliográfico e documental para obter aportes teóricos e debater o tema com demais autores. A pesquisa documental é caracterizada pelo uso de

frutos e das condições necessárias à sua realização. É, portanto, indissociável da emergência do trabalhador livre, que depende da venda de sua força de trabalho para satisfação de suas necessidades vitais. São Paulo: Serviço Social na História, p. 38, 2019

fontes diversas, como fotografias, jornais, documentários, filmes, pinturas, relatórios, documentos oficiais, entre outros (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Enquanto a bibliográfica

[...] é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos texto (SEVERINO, 2013, p. 106).

A fim de responder aos questionamentos propostos neste trabalho, com base em seus objetivos e uma melhor aproximação com o tema, se utilizou da pesquisa exploratória, que nas palavras de Gil (2007, apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35)

Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torna-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulam a compreensão.

Quanto à abordagem, optou-se pela pesquisa quantitativa, uma vez que:

Os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. [...] A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. [...] considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis etc. permite o aprofundamento da compressão de grupo social, uma organização, entre outros, e não está apenas focalizada na representatividade numérica (FONSECA, 2002, p. 20, apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 33).

Além da pesquisa bibliográfica e documental foi realizado um estudo de caso para o levantamento de dados junto a Casa Abrigo para Mulheres em função da análise dos fatores causadores da violência doméstica e seu aumento durante a pandemia Covid-19.

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revela-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador. (FONSECA, 2002, p. 33, apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 39).

Conforme Martins *et. al.* (2016) O universo da pesquisa se caracteriza pela quantidade de pessoas que atuam na pesquisa, no caso desta pesquisa o universo é composto por 336 prontuários de mulheres acolhidas na Casa Abrigo no triênio 2019, 2020

e 2021, sendo, 91 prontuários para o ano de 2019, 117 prontuários para o ano de 2020 (pandemia) e 128 prontuários para o ano de 2021 (pandemia). Por serem muitos documentos para análise, a proponente optou por trabalhar com uma amostra, ou seja, “uma parte do universo escolhida segundo algum critério de representatividade. Assim, a amostra objetiva extrair um subconjunto da população que é representativo nas principais áreas de interesse da pesquisa”. (MARTINS *et. al.* 2016, p.05). O critério da amostragem selecionado foi o estratificado simples, onde foi reduzida as amostras aplicando o filtro da “vulnerabilidade social”.

O recorte das amostras foi retirado de um relatório elaborado pela própria instituição, nomeado de “Relatório Demanda Casa Abrigo de Mulheres em Situação de violência e risco” onde continha dados do número de abrigamentos dos anos de 2004 á 2022, bem como, número mulheres atendidas, número de crianças atendidas ,número de medida protetivas, reincidência com o autor, tipo da violência, vulnerabilidade social e outras informações relativas as mulheres e ao seu abrigo, com bases neses dados, resolvemos utilizar este próprio instrumental da casa abrigo que já apresentava uma redução das amostras, quando apresentava dados dos anos acompanhados pelo número de mulheres em situação de vulnerabilidade social, com base nos acolhimentos realizados durante os anos de 2019, 2020 e 2021. Após a aplicação do filtro, houve a separação das amostras, que em números representaram os prontuários das mulheres em situação de vulnerabilidade, reduzindo assim a amostra para 18 prontuários para o ano de 2019, 16 para o ano de 2020 e 49 para o ano de 2021, obtendo o recorde 49 prontuários.

Após a definição da amostragem da pesquisa, é preciso definir como se dará a coleta dos dados, que nada mais é do que a obtenção de informações que respondam a questão da pesquisa e os seus objetivos, através de técnicas e instrumentos de coleta de dados. No caso desse trabalho foi elaborado um roteiro para coleta de dados, para obter as informações dos prontuários.

Previamente, foi realizado uma visita na instituição Casa Abrigo de Mulheres, solicitando autorização para a realização desta pesquisa, a solicitação foi formulada através de um documento nomeado de “Termo de autorização institucional para uso de documentos” (anexo) e entregue pela discente em questão, sendo devidamente assinado e autorizado pela coordenadora da Casa Abrigo de Mulheres em Situação de Violência e risco.

Separadas as amostras elas foram disponibilizadas num acervo digital, então foi realizada a análise das fichas de atendimento e para realizar o processo de tabulação de

dados, utilizamos a plataforma do googleforms para o preenchimento do roteiro 19 informações serem extraídas dos prontuários: nacionalidade, faixa etária, cor ou raça, escolaridade, número de filhos, os filhos acompanharam a mãe no abrigo, ocupa alguma atividade remunerada, qual o tipo de atividade remunerada, recebe algum benefício social ou aposentadoria ou pensão, renda familiar (incluindo o autor), quantas pessoas moravam na casa, possui casa própria, bairro onde mora, já foi atendida no CRAM – Centro de Referência a Mulher, é a primeira vez no abrigo de mulheres, qual o tipo de violência sofrida, natureza da violência, reincidência com o autor, tempo de relacionamento com o autor.

Ainda, este trabalho é constituído de três capítulos, o primeiro aborda a violência de gênero, onde, para melhor clareza do tema, fez-se necessário abordar o conceito de gênero e como que ele está imbricado no ciclo de violência, para evidenciar, assim, a violência de gênero presente nos casos de violência doméstica. Na segunda seção do referido capítulo, o trabalho apresenta o ciclo de violência direcionada às mulheres por seus parceiros: tensão, violência e lua de mel. Refletir sobre este processo cíclico é de suma importância, pois traz luz sobre o tema, permitindo, dessa forma, que as mulheres em situação de violência, assim como as pessoas que estão a sua volta, consigam entender o processo e possam romper com este ciclo de forma definitiva.

O segundo capítulo apresenta a rede de proteção e atendimento à mulher em situação de violência em Foz do Iguaçu. O capítulo se inicia com uma apresentação dos dados geográficos e populacionais do município, dados relevantes, pois a cidade é de fronteira. O capítulo apresenta a rede atendimento não especializado que compreende: CRAS, CREAS, UBSs e UPAS, e uma rede de atendimento especializado em atendimento a mulheres vítimas de violência: CRAM (Centro de Referência ao atendimento à Mulher) e a Casa Abrigo para mulheres em situação de violência e risco. Dada a importância que a Casa Abrigo tem para o serviço especializado, foi necessária uma seção somente para descrever o serviço oferecido bem como evidenciar a relevância da instituição.

E o terceiro capítulo apresenta os resultados da tabulação de dados, o perfil das mulheres a partir da sua nacionalidade, raça ou cor, sua faixa etária, escolaridade, número de filhos, se os filhos a acompanharam a mãe durante o acolhimento na Casa Abrigo, se a mulher ocupa alguma atividade remunerada e qual o tipo de atividade, se ela recebe algum benefício social, aposentadoria ou pensão, qual sua renda familiar, o número de pessoas que residiam na casa dela, se ela possui casa própria, o mapa da violência de gênero, apresentando a região e a tipificação da violência (moral, sexual, física, patrimonial ou verbal), se já foi atendida no Centro de Referência a Mulher – CRAM ou na Casa Abrigo, a

natureza da violência se foi doméstica, violência contra mulher, se houve reincidência com o autor de violência alguma vez, e o tempo de relacionamento com o autor.

Por fim o trabalho apresenta as considerações finais a qual pôde-se chegar após a pesquisa, bem como os almejos de que tal trabalho possa contribuir para a temática.

2 VIOLÊNCIA DE GÊNERO

De maneira a introduzir a discussão sobre a categoria gênero, faz-se necessário entender como se engendra e por que se classifica como violência de gênero as violências endereçadas as mulheres na sociedade.

Deste modo, para Scott (1989) historicamente a palavra gênero foi sendo incorporada pelas sucessivas tentativas das feministas contemporâneas em atribuir um significado definido, às teorias que de maneira equivocada buscavam esclarecer as desigualdades entre homens e mulheres. Portanto, gênero é:

uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado [...] com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque ele oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens (Scott, 1989, p. 7).

A palavra gênero está imbuída de sentidos, e pode ser um marco divisor em cada sociedade a sua época, ainda mais por ser “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e [...] uma forma primeira de significar as relações de poder” (Scott, 1989, p. 21). Designando assim, os papéis que cada um, de acordo com seu gênero, poderão desenvolver devido a limitação socialmente imposta as mulheres no que tange não só ao acesso mercado trabalho e renda paritária, mas o desenvolvimento da vida, com seus limites e possibilidades, o cerceamento de escolhas, o acesso a renda e ao lugar público, visto que o deslocamento do gênero feminino é sempre para o espaço privado, de marcadamente limitado.

De modo geral, Safioti (2015, p. 47) esclarece que “cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino”. Trata-se de um rol de papéis que já estão pré-definidos e serão retransmitidos a cada nascitura mulher.

Assim também, representações do feminino e do masculino que estão sempre em construção, são capazes de permitir ou negar acesso as mulheres, que nascidas nesta

sociedade, pagam uma conta alta por se identificarem com o gênero feminino, pois “na ordem falocrática, o gênero, informado pelas desigualdades sociais, pela hierarquização entre as duas categorias de sexo e até pela lógica da complementaridade, traz a violência em seu cerne” (Badinter, 1986 *apud* Safioti 2015, p. 146).

Por conseguinte, a violência de gênero, é endereçada as mulheres, que detém papéis socialmente limitados nesta sociedade, carregando forte relação com o poder, uma vez que é usada pelos homens como mecanismo para manter as mulheres submissas, ela é: “a expressão do patriarcado e do machismo, visto que os valores culturais estão associados às desigualdades e a violência instaura a ‘naturalidade’ das diferenças, com estereótipos e códigos de conduta entre homens e mulheres” (Balbinotti, 2018, p. 261).

Estamos frente a um cenário de mulheres que sofrem, e seu sofrimento não pode ser reduzido a uma questão pessoal ou de escolha, a natureza desse sofrimento tem raiz nas desigualdades de gênero, sua estrutura deve ser decomposta, se considerarmos que a violência contra as mulheres é um problema endêmico, que atinge todos os países e culturas (Organização pan-americana da saúde, 2021), devemos admitir que existe um mosaico de mulheres que cotidianamente vivenciam essas violências, inclusive nesta região de fronteira.

Portanto, precisamos explicar como isto foi estruturado, em resumo, historicamente homens vêm incorporando papéis de domínio e submetendo as mulheres a sua obediência, alçam mão da violência para assegurar seu controle relegando um espaço de inferioridade as mulheres, pois, “a desigualdade de gênero que a mulher vem sofrendo atualmente é o produto de processos históricos, sejam eles no âmbito social, cultural, político, religioso ou moral” (Carvalho *et al.* 2012, p. 202).

Para entender essas desigualdades que permeiam as relações sociais, é preciso denotar que para os autores Narvaz e Koller (2006) o patriarcado constitui-se necessariamente em forma de organização social, através da subordinação da mulher ao homem. Frente a isso, “a desigualdade entre homens e mulheres é a chave da discriminação sexista e a origem de toda a violência de gênero”. (Lisboa, 2014, p. 39)

Com efeito, uma sociedade formada pelo triunfo do homem, numa escala desigual, na qual os espaços reservados para cada um são delimitados conforme o sexo biológico, e onde as mulheres “passaram a ficar restritas ao domínio privado e aos homens ficou reservado o domínio público” (Balbinotti, 2018, p. 259). Eles, ao desenvolverem seus papéis de domínio, sujeitam elas a sua obediência, alçam mão da violência para objetivar seu controle.

No Brasil, a violência contra mulher, destaca-se a época do colonialismo, com a escravidão, onde as mulheres eram espancadas, violentadas pelos senhores de engenho.” (Carvalho *et al.* 2012, p. 203). Por isso é tão emergente pesquisar sobre, inclusive o tratamento direcionado as mulheres neste tempo, está estruturado nessas desigualdades que concatenaram décadas de violações, resultam em naturalizações, e muitas vezes passam despercebidas pela ótica da sociedade, por isso é tão recente os avanços que garantem os mínimos direitos de integridade física às mulheres.

Resumidamente, a violência de gênero deve ser entendida e concebida “[...] como uma relação de poder, caracterizada pela dominação do homem e pela submissão da mulher.” (Lisboa; Pinheiro, 2005, p. 201). Ela aparece no cotidiano de diversas Marias, Bernardetes, Sofias, tantas mulheres que engrossam as estatísticas, igualmente ela é a: “[...] expressão para fazer referência aos diversos atos praticados contra as mulheres como forma de submetê-las a sofrimento físico, sexual e psicológico, aí incluídas as diversas formas de ameaças [...]” (Balbinotti, 2018, p.240). Ela ocorre em qualquer lugar, todos somos testemunhas de ao menos uma situação em que mulheres são submetidas ao sofrimento, onde são colocadas numa posição subalterna, ela se desenvolve na rua, na praça, nas escolas, no trabalho, mas é justamente no ambiente doméstico, no chamado “lar”, onde as mulheres escolheram para descansar sua vida, onde ela [violência] as sacrifica.

Assim, “quando a soberania masculina se sente ameaçada, a violência aparece como um mecanismo que tem o poder de manter a ordem estabelecida” (Lisboa; Pinheiro, 2005, p. 201). Tudo isso, se relaciona com a “posição da mulher, na família e na sociedade em geral, desde a colonização até hoje, demonstra que o patriarcado foi uma das matrizes da organização social brasileira” (Balbinotti, 2018, p.256).

A mulher passou a ser vista enquanto propriedade do homem, enquanto objeto, enquanto algo que ele mantém sob judge, ela precisa seguir um ritual e cumprir papéis para não ser castigada, ela precisa desaparecer aos poucos, fazendo das suas vontades os desejos dele, cumprindo o papel da “boa esposa”, da que fica enclausurada no ambiente privado [doméstico] e “a justificativa para os atos de violência, estaria somente no fato de ser mulher, portanto um ser submisso, que deve obediência ao homem” (Lisboa; Pinheiro, 2005, p. 201).

No que tange a violência contra a mulher é necessário asseverar, que a violência doméstica e familiar contra a mulher pode ser assimilada de inúmeras formas, sendo validadas através da ; violência moral, sexual, patrimonial, física e psicológica, de com o

Art. 7º da Lei nº 11.340 de 2006 de 7 de agosto de 2006. (Brasil, 2006).

Para tanto, faz necessário saber que:

A violência contra as mulheres não pode ser compreendida sem levar em conta a dimensão das relações de gênero, ou seja, as relações entre homens e mulheres e a construção social, política e cultural destes papéis na sociedade. A violência contra a mulher é um fenômeno relacional e social, que se dá na violação dos corpos e da saúde psicológica das mulheres. Logo, seu enfrentamento, requer a atuação do Estado e da sociedade na promoção de mudanças culturais, educativas e sociais (Brasil, 2011, p. 20).

Deste modo, vale discorrer sobre como o poder público se articula, formulando respostas, ações, planos e Políticas Públicas, para dar retorno a sociedade, pois contemporaneamente “[...] a questão da violência contra a mulher tornou-se cada vez mais visível e passou a ser discutida como um problema público a ser enfrentado.” (Lisboa; Pinheiro, 2005, p. 203).

Se considerarmos que “[...] uma em cada três mulheres no mundo sofre violência” (Organização pan-americana da saúde, 2021), estamos diante de um cenário consternador, onde cada mulher no mínimo, já conheceu ou conhece alguma mulher que já passou ou passa por essas tiranias. Os resultados denunciam o que todas nós já sabemos: as mulheres estão sendo laceradas.

De acordo com o Site do Governo Oficial : Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania , o Brasil tem 31 mil denúncias de violência doméstica ou familiar contra as mulheres até julho de 2022.

Gráfico 1 – Análise por denúncia



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, Brasil, (2022)

Portanto, para mapear a violência de gênero, iremos trazer algumas estatísticas que podem indicar a ponta de “iceberg”, pois de acordo com o Mapa da Violência de

Gênero²no ano de 2016 o Paraná deteve a mais elevada taxa de homicídio para mulheres negras do país, no entanto, independentemente da raça, as mulheres apresentaram uma maior taxa de mortalidade dentro de casa em comparação com os homens (Mapa [...], 2023). Ademais, o referido site nos traz que, entre os anos de 2014 á 2017 as mulheres foram 70% das vítimas dos 48.540 casos de violência física registrados no Paraná pelo SINAN (Sistema de informação de agravos e notificação).

Fica claro que as mulheres são diariamente violadas, por vezes por parceiros que prometem justamente proteção e cuidado, cruelmente assassinadas, não raro, na frente de familiares, da comunidade e no seu local de total inviolabilidade: seu domicílio. Até pouco tempo foi possível visualizar que não eram exatamente as mulheres as protegidas pelo Estado brasileiro, mas os homens, diante da impunidade dos crimes cometidos contra a vida de milhares Marias.

Corroborando junto a todos esses dados a pesquisa intitulada “Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher – 2021” realizada pelo Instituto DataSenado em conjunto com o Observatório da Mulher Contra a Violência, que evidenciou que quando questionado as participantes sobre conhecer alguma mulher que já sofreu violência, 49% responderam que conhecem mais de uma mulher vítima de violência, e 19% responderam conhecer pelo menos uma mulher em situação de violência. Ainda, relataram que “a violência sofrida por mulheres conhecidas pelas brasileiras é principalmente a física (79%), seguida por psicológica (58%), moral (48%), patrimonial (25%) e sexual (22%)” (Brasil, 2021, p. 4). Durante muito tempo o silêncio pairou sobre as relações conjugais, as mulheres engoliam o choro, as “testemunhas” não se envolviam, e o Estado com letargia minimamente respondia.

Estamos diante de um cenário ainda preocupante se consideramos os dados estatísticos apresentados. Tal situação se agrava em razão de que muitas violências não são registradas, pois:

[...] as mulheres adiam a denúncia e mantêm-se em um relacionamento violento devido há vários fatores [...] a dependência financeira [...] a dependência emocional do companheiro [...] a criação dos filhos é outro fator importante, pois muitas vezes as mulheres acreditam ser necessária a presença da “figura paterna” na educação; e a falta de apoio de amigos e parentes também contribui para que as mulheres não denunciem seus companheiros. (Souza; Ros, 2006, p. 524, grifo nosso)

² Paraná teve a maior taxa de homicídios de mulheres negras do país em 2016. Mapa da Violência de Gênero. Disponível em: <https://mapadaviolenciadegenero.com.br/pr/>. Acesso em maio, 2023

Outro fator que podemos associar o afastamento da mulher ao pedido de socorro, é o isolamento, que para Netto *et al.* (2017, p.1) “o isolamento é uma forma de violência em que o parceiro íntimo busca enfraquecer a rede de apoio da mulher, afastando-a do convívio social, proibindo-a de relacionar-se com familiares e amigos”. Mas também o “[...] medo [...] e submissão [...]” de acordo com Souza e Ros (2006, p. 509).

É um conjunto de fatores que vão se colocando frente a essas mulheres que muitas vezes fragilizadas não conseguem organizar sua vida diante de tantas dificuldades, a violência recebida vai aos poucos diluindo a autoestima da mulher, sua vontade de viver, sua autonomia, sua liberdade, elas lutam, mas o cansado de batalhas diárias vão culminando em desistências

Afinal, são muitos os motivos que desencorajam as mulheres na elaboração de um pedido de socorro, outro dado que causa surpresa, é que:

Apenas 55% das mulheres que relataram agressão física ou sexual perceberam a violência que as cerca. Isso se deve ao fato de que as mulheres não nomeiam a situação doméstica como violência, pois está no espaço privado, e a palavra violência é reservada para expressar o que ocorre no espaço público, como a que se vê nas grandes cidades (Schraiber, 2002 apud Souza; Ros 2006, p. 519).

São complexas as relações em que as mulheres vivenciam, existe ainda:

O sentimento de culpa, de vergonha, de isolamento e, principalmente, do estigma, são os grandes obstáculos, especialmente, a denúncia da violência dos parceiros íntimos contra as mulheres. Essa experiência estigmatizada resulta da vergonha de serem reconhecidas pela sociedade como mulheres espancadas e maltratadas pelos parceiros e, portanto, encontram-se em situação de inferioridade e desvantagem social (Moreira, 2016 apud Netto, 2017, p. 5).

Portanto, “os relacionamentos que abusam e invadem o outro, tem as marcas culturais e suas causas baseiam-se nos valores, na educação, costumes e a visão do homem como forte, dominador e a mulher como fraca e submissa (Souza; Costa, 2020, p. 5). É como se elas fossem aos poucos sendo objetificadas, transformada em algo que atendessem a um comando, a uma funcionalidade, diante do homem que agora se coloca como seu único senhor, e seu dono. E quando algumas tentam cursar o passo em outra direção, são duramente atacadas. Elas travam uma dura para existir, viver tem um custo e o preço a se pagar, para algumas ele é muito alto, a isso chamamos de feminicídio.

Com efeito, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, estudando os

gráficos sobre violência feminina da população economicamente ativa, aferiu que a violência endereçada as mulheres em 43,1% dos casos acontecem no seu domicílio, para 36,7% que ocorre em vias públicas. Foi também constatado que no que tange a relação da vítima com o agressor, 32,2% conhecem o agressor, 25,9% são cometidas por cônjuge ou ex-cônjuge, e apenas 29,1% por pessoa desconhecida. (IPEA, 2019, p. 17).

O que fundamenta esta pesquisa, é que estamos diante de um grande problema que se repete de geração em geração, endêmico como aponta a OMS (Organização pan-americana da saúde, 2021), e estatizar as violências nos trazem para perto da realidade de que “A cada dia, uma mulher morre por ser mulher” de acordo com site do Instituto Patrícia Galvão (s.d). Ainda, o mesmo Instituto através do relatório elas vivem: dados que não se calam, realizado pela Rede de Observatórios de segurança, nos traz que a taxa de feminicídios cresceu em 7 Estados brasileiros em 2022.

Não o bastante as mulheres serem marcadas pela violência de gênero, elas ainda sofrem com o estigma³ quando são subjugadas por terem retornado para o agressor, o que não é pontuado, e nem considerado é o seu contexto social e as condições efetivas que elas dispõem para o rompimento deste ciclo.

Temos mais que um indicativo que o perfil das mulheres em situação de violência de gênero deve ser decifrado em nossa Cidade, para que a partir dele, possamos propor políticas públicas que possam atenuar essas desigualdades e violências desmedidas, em que mulheres são cotidianamente submetidas, pois:

as mulheres em situação de violência encontram-se em um estado crítico, instável, de insegurança, em que, se elas conseguirem partilhar a sua problemática a outras pessoas, haverá a possibilidade de [...] as ajudarem de alguma forma (Netto *et al*, 2017, p. 6).

No entanto, “as relações devem ser percebidas não só do ponto de vista individual, mas dentro de um contexto social de família, parentesco e afinidade, e de uma teoria das relações de gênero, em um momento histórico culturalmente em configuração (Machado; Magalhães, 1999 apud Souza; Ros, 2006, p. 516).

Logo, problematizar o tema para que essas relações se desnaturalizem e elas possam se perceber numa desigualdade de gênero pois “insistir num relacionamento após

³ A noção de estigma é compreendida como um atributo que implica desvalorização, inferioridade e situa a pessoa em uma posição de desvantagem. A vergonha se torna uma possibilidade central, que surge quando o indivíduo percebe que um dos seus próprios atributos é impuro e pode imaginar-se como um portador dele (Goffman, 1988 , p.17 apud Moreira, 2011, p. 399).

sucessivos episódios de violência ou retornar à relação após a separação é constante na vida de mulheres que sofrem violência conjugal” (Souza; Ros, 2006, p. 518).

Para situar a complexidade da trama em que essas mulheres estão envolvidas e quanto é doloroso e difícil para elas um rompimento, no próximo capítulo iremos falar sobre o ciclo da violência, por entender que:

Quando, no entanto, a mulher consegue enfrentar o medo e separa-se do marido, inicia-se um jogo emocional, no qual ocorre uma suposta mudança de comportamento do companheiro, o que a faz sentir-se mais confiante e dedicar-se mais, reiniciando o ciclo da violência (Cardoso, 1997 apud Souza; Ros, 2006, p. 518).

As repetições acontecem e submetem as mulheres a um risco cada vez mais elevado a isso chamamos de ciclo, “Esse ciclo vai do espancamento, arrependimento e pedido de perdão do agressor até uma nova agressão (Brito, 1999 apud Souza; Ros, 2006, p. 518).

As mulheres imbuídas nesta trama da violência de gênero, também estão atravessadas por questões sociais e econômicas, porém é no seio das promessas e ameaças que ela vai sendo dissolvida no outro, quase uma simbiose, ela vai deixando de existir mesmo estando viva, não sente mais, não come e nem dorme direito, sofre quando acorda e ao deitar, pensa e repensa, ensaia e erra ao voltar para o autor, acreditando que desta vez, a história poderá ser diferente. Sobre este ciclo, seguiremos refletindo na próxima sessão.

2.1 REFLEXÕES SOBRE O CICLO DA VIOLÊNCIA

O ciclo de violência representa a violência direcionada às mulheres por seus parceiros em forma de ciclo, de acordo com O IMP – Instituto Maria da Penha⁴ o ciclo da violência corresponde a fases que elevam o relacionamento abusivo a etapas que se repetem, sendo identificado pela Psicóloga norte Americana Lenore Walker, ele notoriamente possui três fases (aumento de tensão – atos de violência – lua de mel):

4

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/eleicoes-2022-periodo-eleitoral/brasil-tem-mais-de-31-mil-denuncias-violencia-contras-as-mulheres-no-contexto-de-violencia-domestica-ou-familiar>

Figura 1 – Ciclo da Violência



Fonte: Paraná, 2019.

Figura 2 – Ciclo da Violência



Fonte: Maranhão, 2020.

A primeira fase é denominada “aumento da tensão, como ilustrado no quadro abaixo :

Figura 3 – Tensão



Fonte: Tipos [...], 2020.

Esta primeira etapa do ciclo é demarcada pela irritação do agressor, sem motivos aparentes ele fica extremamente tenso, momento caracterizado por acessos de raiva por motivos fúteis, espaço onde o agressor humilhando a mulher, pratica a violência psicológica, ameaçando, coagindo, pratica violência verbal, tem crises de ciúmes, é comum nesta fase que as mulheres “[...] tendem, assim, a utilizar o silêncio, o segredo e o não dito como estratégia de enfrentamento (Pondaag, 2009 apud Guimarães, 2017), é o que chamamos de processo de silenciamento, evitando qualquer conduta que possa provocá-lo, pois:

A repetição do ciclo faz com que a mulher se adapte aos altos e baixos da vivência conjugal. Diante do medo, a vítima faz todo um movimento para eliminar questões associadas à percepção da violência: falta de autonomia pessoal, agressividade do parceiro, alterações do humor, rotinas, divisão de trabalhos domésticos, ciúmes etc. (Guimarães et al. 2017, p. 04).

Ela passa a vivenciar uma situação de perigo constante, abstraído da realidade, ela procura não falar sobre, evita trazer a luz a realidade que vivencia, passando por um processo de negação, sobre isso, “a dinâmica conjugal violenta leva mulheres a ficarem anestesiadas, ou seja, sem condições de avaliarem o próprio relacionamento e os riscos que correm” (Ravazzola, 1997 apud Guimarães et al., 2017) afirma que, de acordo com o autor, passa por um empobrecimento da percepção das situações de violência que ela

vivencia.

Ela sente medo, sente que seu companheiro está a um passo de explodir, recebe toda a tensão que ele expande, ficam em constante estado de alerta, por vezes não consegue verbalizar seu sofrimento, está amordaçada e o temor colabora para que ela faça tudo de acordo com o desejo e a vontade dele, sempre para evitar mais conflitos.

Essa tensão que somatiza nele para eclodir na próxima fase, é como um pré-guerra, elas estão no campo de batalha sabendo que a qualquer momento podem ser atacadas, levantam a bandeira de paz, mas não são consideradas neste processo todo.

Vale ressaltar, que todas essas percepções foram alcançadas durante o transcorrer do estágio obrigatório em serviço social na Casa Abrigo nos anos de 2021 e 2022, no desdobrar das observações nos atendimentos realizados pela assistente social do equipamento, foi possível evidenciar que mudavam as mulheres que sentavam para contar suas histórias, mas que o padrão se repetia, a proibição, o cerceamento do corpo e da liberdade delas, o confinamento no lar e com o tempo, as ideias suicidas, a inversão da lógica, fazendo com que a mulher se sentisse culpada justamente por receber a violência, e nos casos mais graves, com a evolução do ciclo de violência, era visível na aparência física, o estado de choque, de paralisia, algumas com diversas marcas tatuadas no corpo, outras que não raro, com consideráveis supressões odontológicas, a aparência física da maioria, era só dor!

Por isso, diante deste contexto, é possível que ela justifique o comportamento do autor, elaborando várias explicações para aquela situação, pois: “A repetição do ciclo faz com que a mulher se adapte aos altos e baixos da vivência conjugal. Diante do medo, a vítima faz todo um movimento para eliminar questões associadas à percepção da violência. [...]” (Guimarães et al. , 2017, p. 04).

Enquanto permanece nesta fase, ela tem a falsa ilusão de que se condicionar seu comportamento ao desejo do agressor, poderá evitar todas as futuras situações de violência, só que não está na mão dela o controle, e nem ela pode ser responsabilizada pelos insucessos do seu companheiro, seja ele qual for, qualquer situação externa [chuva, vento, sol] é motivo para ampliar a tensão que ele sente.

Algumas equivocadamente, acabam se culpando inclusive por aquele episódio. Essa fase denominada “aumento da tensão” pode perdurar por dias ou anos, e a tendência é que aumente cada vez mais, e muito possível engendrar na fase dois (Instituto Maria da Penha, 2023).

Para corroborar, uma pesquisa intitulada Transtorno de Estresse Pós-Traumático

em Mulheres Vítimas de Violência Doméstica: Um estudo piloto (2003), aponta para o que nós socialmente já visualizávamos, mas não conseguíamos estatizar, ou seja, uma:

Alta ocorrência de TEPT – Transtorno de Estresse Pós Traumático e comorbidade – como Depressão – nas mulheres vítimas de violência doméstica [...]. Pode-se ainda constatar uma relação direta entre a frequência e intensidade das agressões sofridas e a intensidade dos sintomas de Depressão apresentados e o diagnóstico do Transtorno de Estresse Pós-Traumático. (Cassado *et al.*, 2003, p. 107).

Poderíamos enumerar diversos fatores que permeiam o declínio na elaboração de um pedido efetivo de socorro, um deles inclusive, são as doenças que se hospedam devido a degradação de sua saúde física e mental que ocorre ao passo em que as violências se instalam. Deveríamos visualizar numa mulher em situação de violência a complexidade de fatores que emaranhados as amarram a essas situações de perigo, e não apenas intitular de permanência, pois quem permanece, escolhe permanecer, e para elas, não se trata de uma escolha, se considerarmos a falta de possibilidades que são delas retiradas.

Discorreremos até aqui sobre a fase 1, notoriamente denominada “aumento de tensão”, onde reiteramos que é nessa fase onde normalmente o homem infla seu ódio sob o gênero feminino, onde inevitavelmente estoura na fase dois, o aumento de tensão é o “devir” dos atos de agressão.

Deste modo, a segunda fase do ciclo de violência é denominada por “ato de violência”:

Figura 4 – Ato de Violência



Fonte: Tipos [...], 2020.

É justamente nesta fase em que a mulher sofre as agressões físicas, o ataque violento ocorre pelo acúmulo de tensão da fase um e vem a desapontar nesta fase dois, é

possível que haja aqui, todos os outros tipos de violência; psicológica, verbal, moral e patrimonial.

Neste sentido, iremos conceituar os cinco tipos de violência contra a mulher, de acordo com a Lei N° 11.340 de 7 de agosto de 2006, são elas a

a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; [...] a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; [...] a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; [...] a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; [...] a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (Brasil, 2006)

Nesta etapa do ciclo, fase dois, trataremos da violência física que a mulher sofre, ela é sem dúvidas a mais visível, deixa marcas no corpo, e mesmo sendo a mais fácil de notificar, é também a que coloca as mulheres num contexto de alerta, visto que ela costumeiramente pode evoluir para o feminicídio.

Para elas é muito difícil processar todo esse encargo, as dores de agora ecoam nas marcas que ele deixa em sua pele, um estado de choque se mistura a constatação de alerta, de que algo ali, pode estar errado, mesmo que isso venha difuso:

Mesmo tendo consciência de que o agressor está fora de controle e tem um poder destrutivo grande em relação à sua vida, o sentimento da mulher é de paralisia e impossibilidade de reação. Aqui, ela sofre de uma tensão psicológica severa (insônia, perda de peso, fadiga constante, ansiedade) e sente medo, ódio, solidão, pena de si mesma, vergonha, confusão e dor (Instituto Maria da Penha, 2023).

É um estado de choque, de desmoronar a realidade, é o não acreditar, um não ser

possível, é a história concreta em uma mão e as marcas na outra. Para algumas a tortura dura horas, para outras dias, são cruéis as práticas de violências realizadas contra as mulheres nesta sociedade.

Para aquelas que conseguem mobilização frente a este estado de paralisia, é também aqui, neste estágio, onde ela é capaz de formular um reclamo, procurando se aproximar das redes de proteção e sinalizando a violência que não para, visando obter asilo na casa de familiares ou amigos, aqui também é possível solicitar a separação, mas infelizmente, é também neste processo em que muitas mulheres podem atentar contra a vida, elaborando diversas formas de se distanciar do autor (Instituto Maria da Penha, 2023).

Portanto, “além dos problemas surgidos na saúde física e mental, a relação violenta diminuí a qualidade de vida da mulher, sua capacidade produtiva, seu trabalho, sua educação e autoestima” (RNFS, 2002 apud Souza; Ros, 2006, p. 510).

As cicatrizes deixam marcas na pele, na vida, no cotidiano, a mulher muda frente a esse contexto de violência, é notório em sua feição que a violência impacta sua autoestima, o medo passa a acompanhá-la, quando não o homem a viajar seus passos, a mulher não retorna para a vida da mesma forma, seus dias são marcados pelo caos, a violência instaura nela marcas, e uma após a outra, seu corpo vai sendo consumido, sua saúde, e assim, se torna cada vez mais difícil sair deste ciclo com vida.

Além do mais “a dinâmica violenta pode aumentar de intensidade e de frequência até atingir um fim trágico: a morte de um dos cônjuges, na grande maioria dos casos a mulher. A tendência é ocorrer o feminicídio” (Krug et al 2012 apud Guimarães et al., 2017, p. 4).

Na última fase do ciclo de violência, nós temos a fase do arrependimento e comportamento carinhoso ou também conhecida como “lua de mel”:

Figura 5 – Lua de Mel



Fonte: Tipos [...], 2020.

Fase em que o autor mostrando-se arrependido, se acalma tecendo desculpas rasas a mulher, elaborando promessas de mudança, elaborando pedidos de desculpas, se compromete a mudar, tornando-se carinhoso, há aqui, dentre as promessas de mudança, a promessa da construção da “família feliz”, que se a mulher romper este relacionamento, estará destruindo sua família, sobre isso nós podemos denotar:

[...] a ideologia do patriarcado deturpa esse ideal de amor preconizado pela sociedade. Impõe que as mulheres vivam em função dos cônjuges [...] prevalece [...] a ideia [...] de que as mulheres devem esquecer de si mesmas e privilegiar o cuidado com o parceiro e os filhos. Nesse contexto, tendem a se sentir obrigadas a suportar tudo inclusive a violência – para manter sua família (Angelim 2009; Diniz; Pondaag, 2006; Pondaag, 2009 apud Guimarães et al. 2017).

É a fase romantizada de alguns relacionamentos conjugais, onde é possível denotar que nos casos em que ocorrem a violência doméstica, o homem faz tudo para que a mulher suspenda a realidade, tudo é distorcido por ele, as promessas passam a valer mais do que as ações.

Os fatos são agora dissolvidos diante das inúmeras palavras e promessas que eles elaboram no sentido de mantê-las refém, na jura de mudança algumas mulheres ficam, criam expectativas e acreditam mais uma vez que tudo pode dar certo, porém não há nada de novo debaixo do céu, e o ciclo sem fim se reinicia.

O risco de morte é real para todas essas mulheres, mas a compreensão deste risco é limitada para grande parte delas, pois segundo Guimarães et al. (2017) as relações violentas são marcadas na maioria das vezes pela impossibilidade de reflexão. Informações extraídas do Site do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, revelam que a repetição cíclica dessas três etapas (aumento de tensão – atos de violência – lua de mel),

faz com que a violência ocorra cada mais frequente, e com uma proporção maior, e tendendo a se repetir de maneira mais rápida nas próximas vezes, ou seja, a forma como esse ciclo se completa em “looping” num curto prazo (Paraná, 2023).

Ainda de acordo com o referido site (Paraná, 2023) a intensidade e gravidade também se elevam, podendo ocorrer o desaparecimento das fases 1 (aumento de tensão) e 3 (lua de mel) com o passar do tempo, e se fixando no relacionamento apenas a fase 2: os “atos de violência”, são os casos em que “se a vítima busca cessar a violência rompendo o relacionamento, o risco de sofrer agressões aumenta ainda mais, podendo resultar em situações extremas, como o feminicídio” (Paraná, 2023, local. 1).

Além disso, “é difícil para a mulher conseguir sair sozinha de uma relação tão complexa, na qual é vítima de violência conjugal. Há necessidade de que alguém a escute de forma verdadeira e sem julgamentos” (Francisquetti, 1999 apud Souza; Ros, 2006, p. 520).

Como apontado no capítulo anterior, são inúmeros os motivos que mantêm as mulheres em um relacionamento abusivo, o ciclo da violência nos prova que elas estão inserida em um looping fatos que as aprisionam cada dia mais, as mulheres estão em perigo pois “uma das características dessa violência é tornar-se rotineira e crônica, uma vez que obedece a uma escalada, formada por ameaças de morte dirigidas a ela ou mesmo aos filhos e a outros parentes e por tentativas de homicídios anteriores (Teles, 1999 apud Souza; Ros, 2006, p. 522).

O ciclo de violência é real e muitas mulheres vivenciam essas fases sem se dar conta que estão em um relacionamento abusivo, trazer reflexões sobre nos permite identificar qual o perfil das mulheres que estão em situação de violência na Cidade de Foz do Iguaçu.

Por fim, “há necessidade de um apoio mais efetivo às mulheres vítimas de violência [...] para que elas compreendam que têm direito sobre seu próprio corpo, sobre sua própria vida [...]” (Souza; Ros, 2006, p. 523) portanto, as respostas elaboradas pelo poder público diante deste problema social são urgentes.

Pois não é raro perceber a surpresa quando apresentamos a qualquer mulher em situação de violência o ciclo da violência, muitas nem se dão conta sobre a repetição do ciclo, que inclusive, podem ser desenvolvidas (as três fases) em um único dia.

Para algumas, a surpresa sobre o ciclo faz sentido, e ao passo que ela vai descobrindo sua rotação, ela vai validando com frases suas experiências mais dolorosas, vai trazendo em narrativas as suras, as juras e tensão que nunca cessam. Ela traz para o

real, para a realidade concreta a parte mais difícil da sua vida, elas admitem que estão diante de um problema bem grande, e pedem sempre ajuda para traçar novos caminhos, isso foi nitidamente possível evidenciar durante os dois anos de estágio curricular obrigatório no Curso de Serviço Social, realizado na Casa Abrigo para mulheres em situação de violência e risco.

Para as Marias que não conseguiram elaborar o choro, para as Joanas que de pequenas estavam tão marcadas pelas tantas suras que se acumularam em seus corpos, para as que não sentiam mais, para todas aquelas que naturalizaram as violências como se esse fosse o ciclo da vida, para as essas e as próximas mulheres, apresentamos o ciclo da violência , em suas três fases (aumento de tensão ou acúmulo, explosão violenta e lua de mel) como uma porta que leva diretamente as suas diversas histórias, mas também a reflexão que pode favorecer na elaboração de respostas, respostas que encontram ressonância em tantas pesquisas, fatos e números que apontam para um horizonte, nele as mulheres são vistas pela ótica da igualdade de gênero.

Refletir o ciclo da violência é emergente, necessário, traz subsídios suficientes para favorecer a quebra dos ciclos que se repetem sem fim.

3 REDES DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO A MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM FOZ DO IGUAÇU

3.1 FOZ DO IGUAÇU E AS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

A cidade de Foz do Iguaçu, está localizada no extremo oeste do paraná, na divisa com o Brasil, Paraguai e Argentina, uma região de fronteira onde transitam muitas pessoas, e de acordo com o censo de 2022⁵ o município conta com 285.414 mil habitantes, há neste espaço muita diversidade cultural e pessoas de diversas nacionalidades.

Também, a Cidade de Foz do Iguaçu pode ser:

Conhecida internacionalmente por seus atrativos turísticos, sendo que os principais deles são compartilhados com os países vizinhos, como as Cataratas do Iguaçu (Brasil e Argentina) e a Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional (Brasil e Paraguai), Foz do Iguaçu apresentou um processo de rápido crescimento populacional e, por consequência, de expansão urbana, em especial após o início dos anos 1970. E isto também aconteceu por fatores econ micos, políticos e socioespaciais que muitas vezes se inter-relacionam com os das localidades transfronteiriças. [...] Todavia, também se caracteriza pelos amplos contrastes socioecon micos, que se refletem nas paisagens, nos espaços geográficos e nos cotidianos de seus moradores e visitantes (Andrade, 2022, p.158 e 175).

Neste sentido, dentro deste espaço territorial, rico em diversidades culturais, faz-se necessário dar destaque as milhares de mulheres sofrem com a violência, mas infelizmente não foram localizadas estatísticas sobre a violência de gênero no município de Foz do Iguaçu, e em nível nacional há pouco acervo sobre este tema, inexistindo dados que consigam abarcar em estatísticas das mulheres que sofrem neste município, dado a relevância inclusive desta pesquisa.

Porém, existe nesta região de fronteira, um universo predominantemente feminino, informa o validada através do censo de 2010, pelo meio da pesquisa realizada sobre os indicadores sociais municipais⁶, apontou que dentre a popula o residente há 51,5 % de pessoas do sexo feminino contra 48,5% do sexo masculino, aqui, as mulheres transitam e

⁵ Informa es obtidas no site do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/foz-do-iguacu.html> acesso em 21 /07/2023

⁶ Informa es obtidas no site da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/foz-do-iguacu/pesquisa/23/25124?detalhes=true> acesso em 21/07/2023

desenvolvem sua vida entre as diversas culturas, terra de muitas marias, onde o serviço de proteção e atendimento a mulher em situação de violência se fixou como necessário, não apenas para o combate da violência de gênero às mulheres brasileiras, mas também, às estrangeiras, e todas as mulheres que permutam pela região de fronteira, independentemente de sua etnia. Deste modo, passaremos a descrever este importante serviço, como se instituiu e se institui nesta cidade.

No tocante a rede de serviços destinadas a mulheres vítimas de violência é necessário esclarecer que a Lei N° 11.340 de 07 de agosto de 2006 em seu título III - no eixo Da assistência a Mulher em situação de violência doméstica e familiar, capítulo I, no que tange às medidas integradas de prevenção em seu Artigo 8° nos aclara que:

A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais [...] (Brasil, 2006).

E ainda que haverá incorporação e preparo “[...] do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação[...]” (Brasil, 2006).

Quanto a assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a Lei Maria da Penha, N° 11.340 de 07 de agosto de 2006 em seu Capítulo II , Art. 9°, esclarece que a assistência à mulher em situação de violência:

doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso (Brasil, 2006).

Ainda, vale dar destacar que a Política Nacional de Enfrentamento à Violência com suas diretrizes visa combater a violência de gênero em todo o país, com relevância, faz-se necessário compreender que:

O conceito de enfrentamento, adotado pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, diz respeito à implementação de políticas amplas e articuladas, que procurem dar conta da complexidade da violência contra as mulheres em todas as suas expressões. O enfrentamento requer a ação conjunta dos diversos setores envolvidos com a questão (saúde, segurança pública, justiça, educação, assistência social, entre outros), no sentido de propor ações que: desconstruam as desigualdades e combatam as discriminações de gênero e a violência contra as mulheres; interfiram nos padrões sexistas/machistas ainda presentes na

sociedade brasileira; promovam o empoderamento das mulheres; e garantam um atendimento qualificado e humanizado àquelas em situação de violência. Portanto, a noção de enfrentamento não se restringe à questão do combate, mas compreende também as dimensões da prevenção, da assistência e da garantia de direitos das mulheres [...] que compõem os Eixos Estruturantes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (Brasil, 2011, p. 25).

Neste sentido, de acordo com a política acima citada, são quatro os eixos estruturantes que visam combater a violência contra a mulher, o eixo da prevenção, enfrentamento e combate, assistência e por fim o acesso e garantia de direitos.

No primeiro eixo, no âmbito preventivo:

[...] a Política Nacional prevê o desenvolvimento de ações que desconstruam os mitos e estereótipos de gênero e que modifiquem os padrões sexistas [...] a prevenção inclui não somente ações educativas, mas também culturais que disseminem atitudes igualitárias e valores éticos [...] as ações preventivas incluem campanhas[...] (Brasil, 2011, p. 26).

Já no segundo eixo, o combate:

[...] a violência contra as mulheres compreende o estabelecimento e cumprimento de normas penais que garantam a punição e a responsabilização dos agressores/autores de violência contra as mulheres [...] a Política Nacional prevê ações que garantem a implementação da Lei Maria da Penha, em especial nos seus aspectos processuais/penais e no que tange à criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher [...] (Brasil, 2011, p. 26).

Já o terceiro, compreendido como “[...] eixo da garantia de direitos, devem ser implementadas iniciativas que promovam o empoderamento das mulheres, o acesso à justiça e a o resgate das mulheres como sujeito de direitos.” (Brasil, 2011, p. 27)

Por fim, o último eixo é exatamente onde este trabalho irá se fixar, é o eixo da:

[...] à assistência às mulheres em situação de violência, a Política Nacional deve garantir o atendimento humanizado e qualificado àquelas em situação de violência por meio da formação continuada de agentes públicos e comunitários; da criação de serviços especializados (Casas-Abrigo, Centros de Referência, Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor, Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Defensorias da Mulher); e da constituição/fortalecimento da Rede de Atendimento (articulação dos governos Federal, Estadual/Distrital, Municipal e da sociedade civil para o estabelecimento de uma rede de parcerias para o enfrentamento da violência contra as mulheres, no sentido de garantir a integralidade do atendimento) (Brasil, 2011, p. 27).

Por conseguinte, também no Brasil, o enfrentamento a violência contra as mulheres é contemplado em diversas Políticas, que norteiam o trabalho a ser desenvolvido, tais como a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – Decreto nº 5.948 (2006), a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004), a Política Nacional de Atenção Integral a Saúde das Mulheres - PNAISM, Política Nacional de Enfrentamento a Violência Contra a mulher (2007) , Resolução do Conselho Nacional da Assistência Social - CNAS nº 109/2009 e o Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres (2007).

Tanto a Política quanto o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres têm como questões fundamentais, no âmbito da assistência, a garantia do acesso as mulheres aos serviços especializados e a rede de serviços.

Infelizmente não existe uma Política universal que coordene e contemple todas essas ações de combate e enfrentamento a violência contra a mulher, os serviços ficam pulverizados e respondem as tipificações das legislações.

No que se refere a rede de serviços destinadas ao atendimento as mulheres vítimas de violência no município de Foz do Iguaçu a atenção direta:

[...] começou a esboçar uma rede de atendimento à violência contra a mulher por volta do ano 2009 quando foi implantado o CRAM - Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.

Conforme as Normas Técnicas de Uniformização dos CRAMs (BRASIL, 2006) esses equipamentos devem articular os serviços governamentais e não-governamentais que integram a rede de atendimento à mulher em situação de violência e, dessa forma, com a criação do CRAM a nível municipal, a rede começou a ser desenhada (Mello, 2019, p.12).

Nesta perspectiva, o conceito de rede pode ser então compreendido como “[...] serviços que atendem diretamente às mulheres em situação de violência, como os serviços prestados pelas áreas de saúde, assistência social, justiça e segurança pública.” (SPM, Brasil 2011 apud Mello, 2019, p. 16).

Nesta gama de atendimento que visa alcançar as mulheres, “A rede de atendimento pode ser dividida ainda, entre os serviços especializados e os não-especializados. (Mello, 2019, p. 16).

Deste modo, descreveremos como cada um se articula, de maneira a alcançar as mulheres, para Mello (2019 apud BRASIL, 2011) os serviços especializados:

[...] abarcam os previstos para atendimento específico às mulheres em situação de violência, e que são capacitados para tal. Constituem-se

equipamentos dos serviços especializados: os Centros de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, as Casas Abrigos e Casas de Passagem, as Delegacias especializadas de atendimento à mulheres, Promotorias especializadas, Juizados Especiais de Violência contra a mulher, Núcleos de Atendimento à mulher, o Disque Denúncia 180 que também funciona como ouvidoria, os serviços de saúde especializados para atendimento de situações de violência sexual e doméstica, Núcleos de Atendimento à migrantes e de atendimento humanizado para casos de tráfico de pessoas (Brasil, 2011 apud Mello, 2011, p.16).

Já os serviços não-especializados:

[...] são os serviços que se costuma denominar “porta de entrada”, uma vez que são os primeiros a identificarem situações de violência. Os equipamentos que fazem parte dos serviços não-especializados são os hospitais gerais, unidades de pronto atendimento, serviços de atenção básica à saúde (programa saúde da família), delegacias comuns, polícia militar, polícia federal, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Ministério Público, Defensorias Públicas (Brasil, 2011 apud Mello, 2019, p. 16).

Já Foz do Iguaçu, conta com 15 instituições que dão conta de prestar atendimento às mulheres em situação de violência, são eles:

Quadro 1 – Rede de Atendimento à mulher em situação de Violência no Município de Foz do Iguaçu - PR

Rede de Atendimento Especializado	Rede de Atendimento Não-Especializado
<ol style="list-style-type: none"> 1) Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Rejane Marisa Dal Bo 2) Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher e 6º Subdivisão Policial (ambas vinculadas a polícia civil) 3) Juizado de Violência Doméstica 4) Ministério Público - 14º Promotoria de Justiça 5) Defensoria Pública do Estado do Paraná 6) Casa Abrigo para Mulheres em situação de violência e risco 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Centro de Referência de Assistência Social - CRAS 2) Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS 3) Unidades Básicas de Saúde (28 existentes no município) 4) Unidades de Pronto Atendimento - UPA (duas existentes no município) 5) Hospital Municipal Padre Germano Lauck 6) 14º Batalhão da Polícia Militar 7) Delegacia da Polícia Federal

7) Patrulha Maria da Penha (vinculada à Guarda Municipal)	
8) Hospital Ministro Costa Cavalcanti	

Fonte: Mello, 2019.

Diante de todo este aparato que responde objetivando combater ou fornecer atendimento às mulheres, vale ainda destacar que existe a Rede de enfrentamento e de atendimento que segundo Mello, 2019 pode ser caracterizada como:

A rede de enfrentamento, é mais ampla que a rede de atendimento. Ela compreende além da rede de atendimento os demais serviços, instituições, movimentos sociais, conselhos de direitos que se articulam em prol da erradicação da violência contra a mulher; que concebem a questão da violência contra a mulher como multidimensional e complexa. Dessa forma a rede de enfrentamento apresenta um desafio à Gestão Pública devido às diversas instituições envolvidas, com a ideia de descentralização, que vai de encontro à concepção de Gestão Pública tradicional, rompendo com os conceitos de setorialização e desarticulação das ações das políticas públicas (Brasil, 2011 apud Mello, 2019).

Diante do exposto na próxima sessão iremos apresentar a Casa Abrigo de Mulheres como abrigo institucional, que responde ao serviço de atendimento especializado á mulher em situação de violência de gênero, necessário e fundamental neste ambiente de fronteira.

3.2 CASA ABRIGO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA E RISCO EM FOZ DO IGUAÇU

A violência sofrida pelas mulheres em qualquer espaço geográfico, esta sendo considerada como:

[...] uma das principais formas de violação dos seus direitos humanos, atingindo-as em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física. Apesar de ser um fenômeno que atinge grande parte das mulheres em diferentes partes do mundo, dados e estatísticas sobre a dimensão do problema ainda são bastante escassos e esparsos. (Brasil, 2010, p.3)

Neste sentido, trazer estatísticas sobre violências contra mulheres neste município, se faz necessário, sobretudo, como já citado anteriormente, há pouquíssimos dados

produzidos, tabulados acerca desta temática, o que não impede de termos espaços destinados as mulheres em situação de violência em solo iguaçuense.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e de Violência:

tradicionalmente, as mulheres em situação de violência doméstica e familiar que necessitam de abrigo têm sido encaminhadas às Casas-Abrigo. Esses serviços constituíram a primeira resposta do Estado brasileiro para as mulheres em situação de violência sob grave ameaça e risco de morte (Brasil, 2011, p. 28).

Desta maneira, a Casa Abrigo para Mulheres em Foz do Iguaçu, é este espaço destinado às mulheres em situação de violência a partir da sua condição de gênero, e de acordo com o Projeto Político Pedagógico do Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência (Foz do Iguaçu, 2019 apud Sessi, 2022).

De forma abrangente, o enfrentamento a violência de gênero é contemplado por diversas políticas, dentre elas; Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Decreto nº 5.948 de 2006), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS de 2004), a Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da Mulher (PNAISM de 2004), a Resolução CNAS nº 109/2009 que tipifica os serviços sócios assistenciais e inclui a Casa Abrigo para mulheres em Situação de Violência e risco dentro dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade como abrigo institucional, e o Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres, mas é da Política Nacional da Assistência Social (PNAS/2004) através da gestão do SUAS - Sistema Único de Assistência Social a responsabilidade de desdobrar o atendimento (dentro de sua rede), como Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência.

Neste sentido, a Lei Maria da Penha 11.340 de 2006 desenha o perfil dos atendimentos a serem operacionalizados nos equipamentos, não só na casa abrigo, como também na rede de Atendimento a Mulher vítima de violência, a exemplo: CRAM – Centro de referência e atendimento à mulher, Defensoria Pública, Promotorias da Mulher, Juizados especiais de violência doméstica e familiar contra mulher, central de atendimento a mulher.

Remonta a história que a Casa Abrigo para Mulheres em situação de violência e risco foi instituída neste município no dia 30 de março de 2004, período em que era administrada pelo terceiro setor⁷ através da ONG Casa Família Maria Porta do Céu que

⁷ A expressão “Terceiro Setor” começou a ser usada nos anos 70 nos EUA para identificar um setor

criando a Casa Família Esperança e Vida buscou oferecer atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica acompanhadas por seus filhos (FOZ DO IGUAÇU, 2019 apud Sessi, 2022).

Esta instituição recebia o cofinanciamento da Prefeitura Municipal e da Itaipu Binacional, sua maior financiadora, porém, ocorre que no ano de 2008 a Itaipu Binacional cessa seu repasse, e a ONG passa a ser financiada integralmente por este município (FOZ DO IGUAÇU, 2019).

A partir do ano de 2010 a casa para a ser administrada por outra ONG, desta vez a LACA (Lar dos Anjos) que encerra sua administração em 2011 quando sua gestão passa a ser administrada por outra ONG, desta vez a ONG religiosa Esperança em Cristo.

Somente após a publicação da Lei Maria da Penha, foi que houve grande discussão no meio jurídico quando a concessão das medidas protetivas e o reconhecimento das mulheres enquanto sujeito de havendo a compreensão de tantos direitos violados devido a sua condição de gênero, foi que neste contexto histórico, houve um acúmulo de reflexões a cerca da temática, é que em 2013 o município de Foz do Iguaçu, assume integralmente a administração da Casa Abrigo para Mulheres em Situação de Violência e Risco.

Deste modo Sessi (2022) assevera que atualmente, a casa abrigo funciona com abrangência municipal, sobre a orientação da Secretaria Municipal de Assistência Social com atendimento multidisciplinar e fluxo de funcionamento de 24h , tendo um limite de acolhimento máximo para 20 pessoas, e que desde sua instituição, a casa abrigo teve por objetivo, intervir nas situações de violência doméstica, oferecendo a mulher, um ambiente acolhedor e seguro enquanto estratégia de enfrentamento a violência contra mulheres.

Logo, este importante serviço de acolhimento, está em contínua articulação com a rede: CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, CRAM – Centro de Referência de Atendimento a Mulher, CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social, com os serviços de saúde através das UBS – Unidade Básica de Saúde, Foz Habita - Instituto de Habitação de Foz do Iguaçu, Centro de Atenção Psicossocial, buscando diálogos com os serviços sócios assistenciais quando necessário, para o fortalecimento destas mulheres e seus filhos, para a superação das violências sofridas, mantendo-se em local sigiloso, fornecendo a elas todos os insumos necessários durante seu acolhimento temporário(Foz do Iguaçu, 2019 apud Sessi, 2022).

da sociedade no qual atuam organizações sem fins lucrativos, voltadas para a produção ou a distribuição de bens e serviços públicos (SMITH, 1991 apud Alves, 2002, p.1).

Se colocando como primordial o serviço de acolhimento “inscreve-se como uma de suas funções, trabalhar a autonomia das acolhidas, no sentido de fortalecê-las para que o rompimento deste ciclo de violência ocorra”. (Sessi, 2022, p. 109)

Quanto ao financiamento deste espaço, no presente a “Casa Abrigo é financiada integralmente pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, e os recursos destinados anualmente denotam a quantia de aproximadamente R\$ 600.000 (Seiscentos mil reais)” (Sessi, 2022, p. 21).

Desde a implementação da Casa Abrigo até os dias de hoje, é possível observar que um público notório de mulheres acessa o serviço, sobre elas, vale destacar que possuem um perfil que buscaremos identificar com a esta pesquisa, sobre tudo, não é de se negar que existe uma dependência econômica e uma vulnerabilidade que se desenha no cotidiano de cada uma delas.

Ademais, a necessidade da Casa Abrigo em solo iguaçuense se faz justamente por ser um espaço seguro e sigiloso, e para que as mulheres que por ali passarem, consigam romper o ciclo de violência, independente da fase do ciclo que elas estejam, atestamos que o contexto social e econômico em que elas se encontram fala muito sobre as possibilidades que elas terão para sair desse marasmo de violências. Logo, denotar acerca da vulnerabilidade e risco social se faz necessário por entender que:

o conceito de risco social aparece na PNAS/2004 para definir as situações sociais que afligem famílias, indivíduos, população em situação de rua, quilombolas e adolescentes em conflito com a lei, que estejam sobre situações de danos pessoais e/ou sociais, desemprego, precarização da vida, fragilização de vínculos sociais e familiares, exclusão, dependência química, maus tratos e/ou abandono. Com isso, são indicados na política como principais formas de ação a proteção social, prevenção, desenvolvimento de potencialidades, aquisições, fortalecimento de vínculos, serviços de apoio e sobrevivência e vigilância social. (Moreira; Arcoverde, 2021, p. 7).

Já o conceito de vulnerabilidade social é descrito na PNAS/2004 quando inclina-se para:

[...] para famílias e indivíduos, em situação de desemprego e precarização da vida, violência, fragilização dos vínculos sociais e familiares, exclusão social, identidades estigmatizadas, desvantagem por deficiência, exclusão pela pobreza, dependência química, perdas ou danos e fragilização da

identidade familiar. Desta maneira, as principais ações para esse público, apontadas na política seriam a provisão de benefícios, desenvolvimento de serviços, programas e projetos sociais, superação da condição e vigilância social. (Moreira; Arcoverde, 2021, p. 7).

Deste modo, tanto o conceito de risco social quanto o conceito de vulnerabilidade social podem ser aplicados as mulheres em situação de violência, se considerarmos que a descrição de risco social acima relatado envolve dano pessoal e / ou social, maus-tratos e a questão da vulnerabilidade social envolve a fragilização dos vínculos familiares, temos de corroborar com a ideia inicial que, essas mulheres estão sim em risco social e em vulnerabilidade social, já que a violência de gênero causa inúmeros prejuízos na saúde mental dessas mulheres, sem mencionar ainda, os danos físicos e sequelas da violência física, e que faz parte da violência o rompimento de vínculos da mulher com sua família/comunidade, uma vez que o autor de violência isola a mulher do contexto externo, reservando a ela apenas o ambiente privado/doméstico.

Para todas essas mulheres, as diversas Marias e Madalenas que são cotidianamente marcadas pela violência, pelas mulheres que transitam pela nossa região de fronteira e que podem necessitar de um Abrigo seguro, sigiloso e acolhedor, para todas estas, se destina a Casa Abrigo de Mulheres, com sua importância inquestionável, necessária e fundamental para a superação de sua condição de vulnerabilidade e risco social frente a violência que as aplacam, visto que a Política Nacional de Assistência Social (2004) vai descrever serviços de acolhimento institucional dentro da Proteção Social Especial de alta complexidade como:

Os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário. Tais como: Atendimento Integral Institucional [...] (PNAS/2004, p. 38)

Vale ainda destacar que, durante os anos de 2020 e 2021, o mundo foi assolado pela pandemia:

Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novo coronavírus constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Essa decisão buscou aprimorar a

coordenação, a cooperação e a solidariedade global para interromper a propagação do vírus.. Essa decisão aprimora a coordenação, a cooperação e a solidariedade global para interromper a propagação do vírus(Organização pan-americana da saúde, 2020)

Fatalmente a pandemia do COVID-19 multiplicou todas as vulnerabilidades que atravessam essas mulheres, e que durante o isolamento social, o sofrimento dessas delas foi intensificado pela presença do companheiro no ambiente doméstico, informação esta que pode ser validada através da Publicação do Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2020 através da Nota Técnica , onde foi possível evidenciar que:

Desde meados de março de 2020, com a intensificação da pandemia de Covid-19 em todo o mundo e especificamente no Brasil, diversos estados do país adotaram medidas de isolamento social com o objetivo de minimizar a contaminação da população pelo novo vírus. Embora essas medidas sejam extremamente importantes e necessárias, a situação de isolamento domiciliar tem como possível efeito colateral consequências perversas para as milhares de mulheres brasileiras em situação de violência doméstica, na medida em que elas não apenas são obrigadas a permanecerem em casa com seus agressores, mas também podem encontrar ainda mais barreiras no acesso às redes de proteção às mulheres e aos canais de denúncia (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020, p. 01)

Estamos diante de um cenário devastador, se considerarmos os resultados que no que segue:

Os números levantados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) desde o início da vigência das medidas de isolamento social têm apontado também para [...] uma redução em uma série de crimes contra as mulheres em diversos estados – indicativo de que as mulheres estão encontrando mais dificuldades em denunciar a(s) violência(s) sofridas neste período. A única exceção é o tipo mais grave de violência: a violência letal. Os levantamentos periódicos elaborados pelo FBSP têm mostrado, em todos os meses, aumentos nos índices de feminicídios e/ou homicídios em diversos estados. De forma análoga, os dados também indicam uma redução na distribuição e na concessão de medidas protetivas de urgência, instrumento fundamental para a proteção da mulher em situação de violência doméstica (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020, p.02).

É notório que diversas mulheres são cotidianamente submetidas a extremas violências, e que a pandemia trouxe luz para o a sociedade já sabia, mas que com demasia admitia, que é debaixo do “lar” onde as mulheres são com mais frequência espancadas,

isoladas e amordaçadas pelos seus companheiros, o contexto pandêmico trouxe verdades que precisamos com muita urgência digerir.

Essas mulheres estão vulneráveis e em alto risco social e pessoal, denotar a cerca do perfil das atendidas durante os anos de 2019, 2020 e 2021, na Casa Abrigo de Mulheres em Foz do Iguaçu, em contexto pandêmico, nos possibilita uma aproximação das diversas Marias e Madalenas que iremos trazer pra perto de nós, pra perto da ciência e pra luz do conhecimento, onde toda forma de violência e erradicação deve ser combatida.

Na próxima sessão, descreveremos o perfil destas inúmeras mulheres, um mosaico de dores mas também de vida que precisa ser publicizada!

4 RESULTADOS DA PESQUISA

A pesquisa sobre o perfil das mulheres atendidas na Casa Abrigo nos anos de 2019 2020 e 2021 resultou nos seguintes dados:

Quanto a nacionalidade: para o ano de 2019 houve o acolhimento de 16 mulheres de nacionalidade brasileira e 2 paraguaias. Já para o ano de 2020 houve o acolhimento de 12 mulheres brasileiras, 1 venezuelana, 1 paraguaia 1 argentina e 1 cubana. E podemos asseverar que em 2021 houve acolhimento de 43 mulheres brasileiras, 3 mulheres de nacionalidade paraguaia, 1 venezuelana, 1 argentina e 1 cubana. Em síntese, passaram pela casa abrigo mulheres brasileiras, paraguaias, argentinas, cubanas e venezuelanas.

Denotou-se a procura pelo serviço de acolhimento também das mulheres estrangeiras, sendo necessário refletir a importância deste espaço em região de fronteira. Observa-se também que houve uma busca crescente pelo serviço conforme a instalação da pandemia, que acentuou inclusive a situação de vulnerabilidade das mulheres, quando comparado ao filtro de vulnerabilidade social, podemos observar que em 2019 foram 18 mulheres nesta situação, em 2020 foram 16 e em 2021 foram 49. Para 2021 tivemos mais que o dobro de procura pelo serviço.

Quanto à questão que envolve a faixa etária, no ano de 2019 todas as mulheres atendidas tinham entre 20 e 59 anos, em 2020 93,8% tinham entre 20 e 59 anos e 6,3% tinham entre 18 e 19 anos, já em 2021, 89,8% das mulheres detinham entre 20 e 59 anos e 10,2% detinham entre 18 e 19 anos.

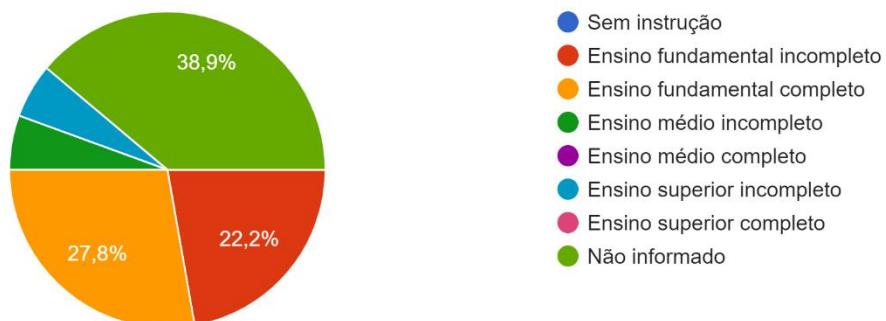
Quanto a cor ou raça, em 2019 houve a identificação de 88,9% de mulheres brancas, 5,6% parda e 5,6% preta. Em 2020 houve 50% não informou, 37,5% se autodeclarou parda e 12,5% branca. Já em 2021, 38,8% não informou, 32,7% se declararam parda, e 4,1% branca.

Quanto a escolaridade:

Gráfico 2 – Escolaridade 2019

4 - Escolaridade:

18 respostas

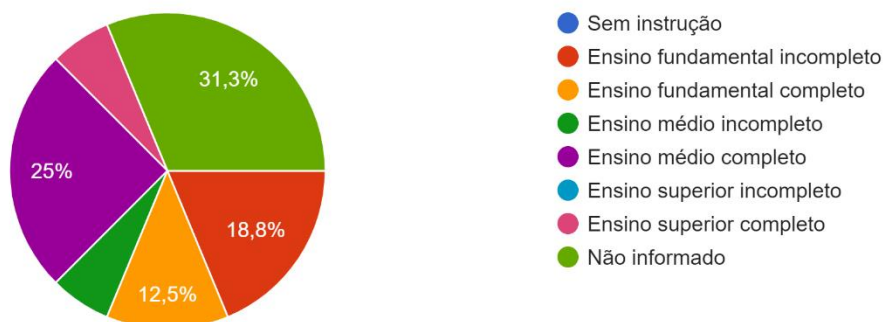


Fonte: elaboração da autora.

Gráfico 3 – Escolaridade 2020

4 - Escolaridade:

16 respostas

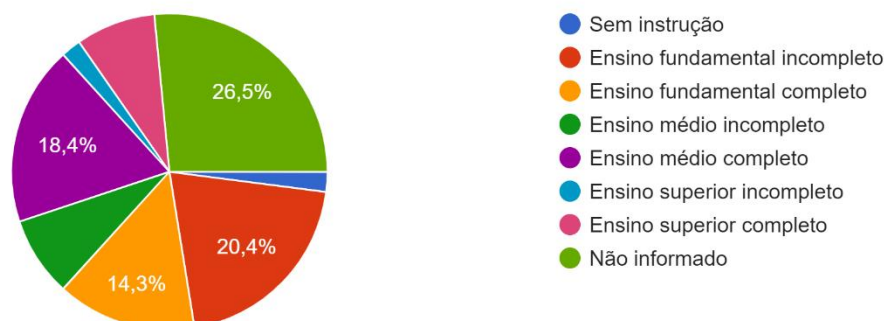


Fonte: elaboração da autora.

Gráfico 4 – Escolaridade 2021

4 - Escolaridade:

49 respostas



Fonte: elaboração da autora.

Ainda, um dado importante do gráfico, foi o da escolaridade, em 2019 houve apenas 5,6% das mulheres que conseguiram concluir o ensino médio, e também 5,6% o nível superior. Em 2020 6,3% conseguiram concluir o nível superior e 25% tem o nível médio completo. Já em 2021 houve 8,2% de mulheres com ensino superior completo, 2% com ensino superior incompleto e 8,2% com ensino médio completo.

Quanto ao número de filhos em 2019, 5,6% não tinham filhos, 33,3% tinham 1 filho, 22,2% tinham 2 filhos, 27,8% tinham 3 filhos e 5,6% tinham 5 filhos e 5,6% não respondeu. Em 2020 as mulheres que não tinham filhos ocuparam a porcentagem de 6,3%, e 31,3% delas tinham 1 filho, 31,3% tinham 2 filhos, 6,3% tinham três filhos, 12,5% tinham 4 filhos e 12,5% não informou. Já em 2021, apenas 4,1% não tinham filhos, 24,5% tinham 1 filho, 16,3% tinham 2 filhos, 8,2% três filhos, 12,2% tinham 4 filhos, 2% tinham mais de 5 filhos e 32,% não informou.

Quanto se os filhos acompanharam a mãe no abrigo, em 2019 foi contabilizado que 72,2% estavam acompanhadas de seus filhos no abrigo, contra apenas 22,2% que não acompanharão e apenas 5,6% não responderam. Em 2020 62,5% acompanharam a mãe no abrigo, 12,5% não acompanharam e 25% não respondeu. Já 2021 houve 57,1% de mães com filhos no abrigo, 12,2% estavam sem os filhos no abrigo e 30,6% não informou.

Quanto ocupar alguma atividade remunerada, em 2019, 77,8% não informou, 11,1% ocupa atividade remunerada e 11,1% não ocupa. Em 2020 a porcentagem que não ocupam atividade remunerada foi de 68,8% e 31,3% não respondeu. Em 2021, 57,1% não informou, 36,7% não ocupa e 6,1% respondeu que ocupa atividade remunerada.

Se ocupam a atividade remunerada e qual é o tipo, houve em 2019, 88,8% que não

informou, 5,6% respondeu ocupar atividade informal e 5,6% respondeu ser autônoma. Em 2020, 100% não informou. Em 2021, 92,3% não informou, 2,6% informou ser empregada formal, 2,6% ser empregada informal, 2,6% ser autônoma.

Quanto a receber algum benefício social, aposentadoria ou pensão, em 2019, 70,6% recebe o auxílio Brasil, 23,5% não respondeu, 5,9% recebia pensão por morte (ex marido). Em 2020, 68,8% recebe auxílio Brasil, 25% não informou, 6,3% recebeu o auxílio emergencial. Em 2021, 53,1% não respondeu, 44,9% recebem auxílio Brasil ou atual Bolsa Família e 2% o BPC – Benefício de Prestação Continuada. Ter perfil para ser atendida por um programa social, significa aferir que a mulher em questão possui pouca renda para manter sua subsistência, sendo necessário a transferência de renda por parte do governo através de um programa social, podemos ligar a esta estatística a questão da dependência econômica, um dos motivos que mantém as mulheres no relacionamento abusivo.

Quanto a renda familiar (incluindo o autor) em 2019, 94,4% não informou, 5,6% informaram que recebe entre 1 e 2 salários mínimos. Em 2020 e 2021, 100% não informou.

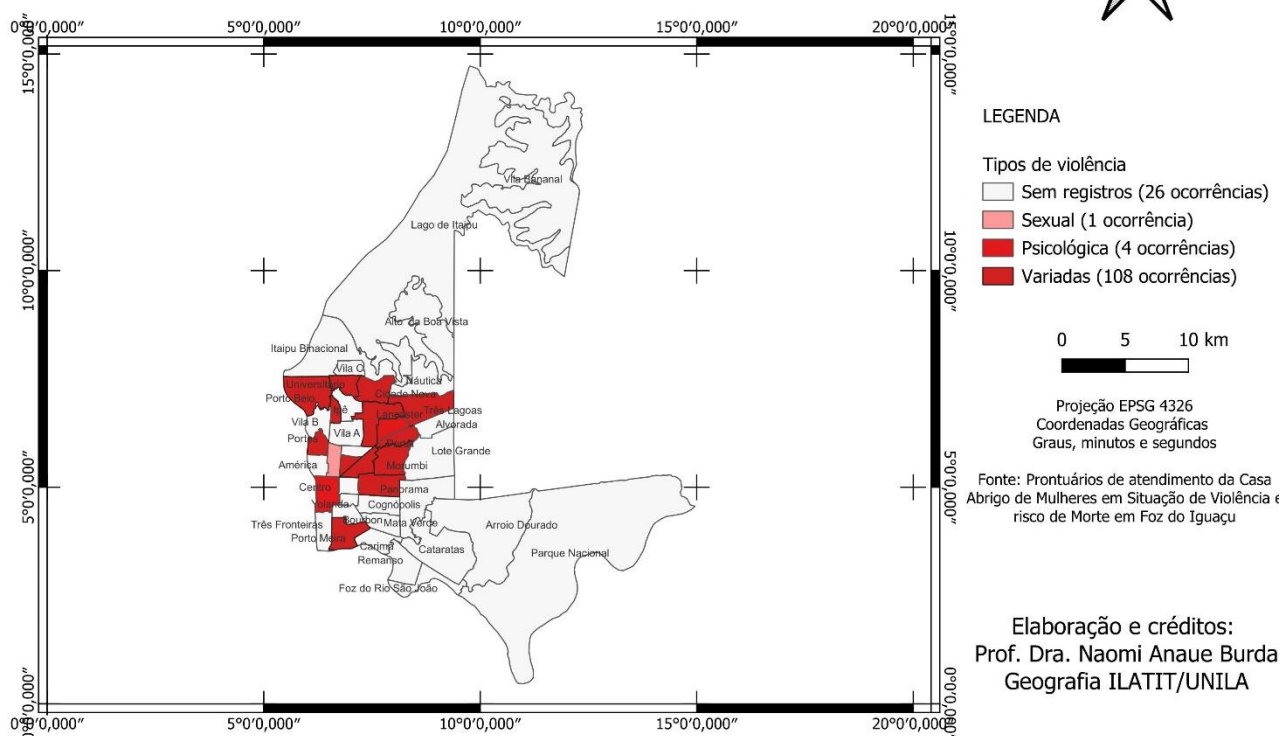
Com relação a pergunta, quantas pessoas moram na mesma casa que você (incluindo o autor) houve em 2019, 88,9% que não responderam, 5,6% moravam com até 3 pessoas e 5,6% com 4 pessoas. Em 2020 e 2021, 100 % não informou.

Com relação a possuir casa própria, em 2019, 50% respondeu que não possuía, 22,2% respondeu que sim e 27,8% não respondeu. Em 2020, 68,8% respondeu que não, 12,5% que sim e 18,8 não respondeu. Em 2021, 71,4% respondeu que não, 12,2% que sim, 16,3% que não.

Quanto aos bairros que residem, foi realizado um mapa de síntese, unificando os resultados da localidade onde a violência ocorreu e o tipo de violência, assim, as cores mais claras do mapa representam a menor quantidade de frequência de violência, e onde estão as cores mais escuras, representam aonde as maiores ocorrências de violência neste triênio, descrevendo assim o tipo de violência que ocorre mais em cada bairro, unificando assim os resultados das regiões em que as mulheres moram e a tipificação da violência, as cores do mapa expressão o principal tipo de violência por bairro e suas frequências dentro do tipo de violência (física, moral , psicológica, verbal e sexual).

Mapa 1 – Principais tipos de violência contra a mulher em Foz do Iguaçu entre 2019 e 2020

MAPA DOS PRINCIPAIS TIPOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM FOZ DO IGUAÇU: TRIÊNIO 2019 A 2021



Fonte: mapa elaborado pela Prof. Dra. Naomi Anaue Burda com bases nos dados colhidos nessa pesquisa.

Quanto a mulher já ter sido atendida pelo Centro de Atendimento à Mulher – CRAM, em 2019, 44,4% respondeu sim, 27,8% não, 27,8% não informou. Em 2020, 56,3% respondeu que sim, 25% que não e 18,8% não informou. Já em 2021, 18,4% disse não, 40,8% disse já ter sido atendida e 40,8% não informou.

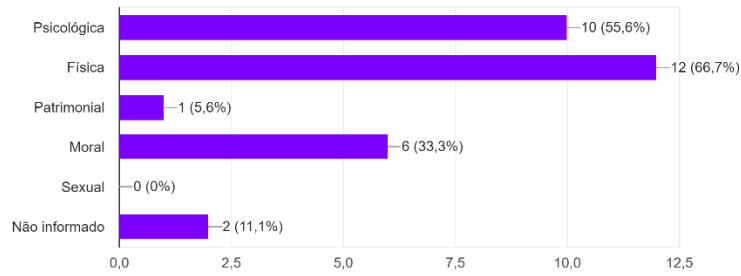
Quanto a ser a primeira vez na Casa Abrigo de Mulheres, em 2019, 55,6% respondeu sim, 16,7% que não e 27,8% não informou. Em 2020, 68,8% respondeu que está pela primeira vez na casa abrigo, 6,3% responderam que não e 25% não respondeu. Já em 2021, 71,4% respondeu ser a primeira vez no abrigo, 28,6% que não.

Com relação ao tipo de violência sofrida, houveram as seguintes respostas:

Gráfico 5 – Tipo de violência sofrida 2019

16 - Qual o tipo de violência sofrida?

18 respostas

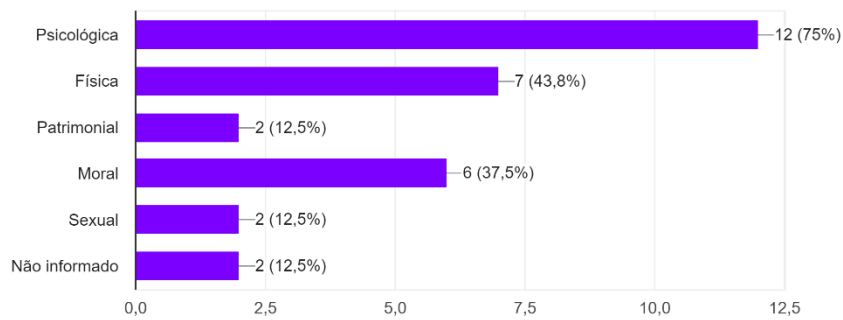


Fonte: elaboração da autora.

Gráfico 6 – Tipo de violência sofrida 2020

16 - Qual o tipo de violência sofrida?

16 respostas

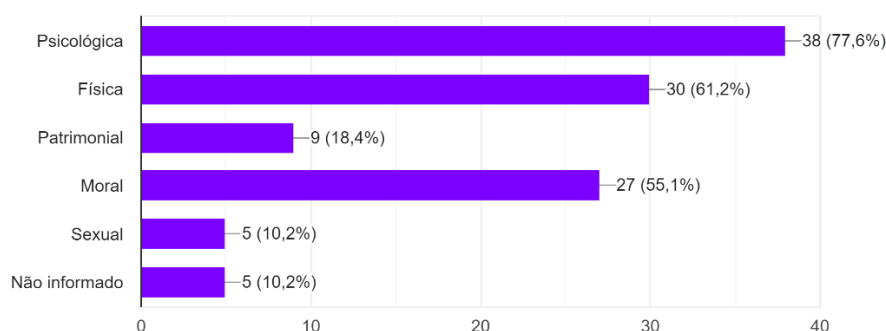


Fonte: elaboração da autora.

Gráfico 6 – Tipo de violência sofrida 2021

16 - Qual o tipo de violência sofrida?

49 respostas



Fonte: elaboração da autora.

Quanto a natureza da violência, em 2019 houve 88,9% de violência doméstica, 5,6% de violência familiar e 5,6% não informou. Em 2020, 75% da violência ocorreu em ambiente doméstico, 18,8% contra a mulher, 6,3% de violência familiar. Em 2021, 83,7% foi de violência doméstica, 4,1% de violência familiar, 4,1% contra a mulher e 8,2% não informou. Foi possível evidenciar a este achado a pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, quando apontou que mais de 40% das violências contra as mulheres ocorriam em seu domicílio (IPEA, 2019, p. 17).

Quanto a reincidência com o autor, em 2019, 44,4% respondeu que já havia voltado com o agressor outras vezes e 55,6% não informou. Em 2020, 33,1% respondeu que sim e 66,9% não informou. Em 2021, 34,7% respondeu que sim, 6,1% disseram não ter reatado com o autor e 59,2% não informou. Infelizmente este dado nos aponta diretamente para ciclo de violência, mostrando que a alta taxa de reincidência com o autor, revela a tentativa da mulher em sair do relacionamento e seu retorno para o ciclo, considerando que o retorno para o autor pode também ser entendido como a fase 2, a denominada “fase da lua de mel” onde o autor fazendo promessas de mudanças, pede a ela uma nova chance, aqui evidencia-se o quanto elas estão presas no ciclo.

Com relação ao tempo de relacionamento com o autor, em 2019, 5,6% tinham até 6 meses de relacionamento, 11,1% tinham até um ano, 5,6% até dois anos, 16,7% de 3 a 5 anos, 22,2% de 5 a 10 anos, 22,2% acima de 10 anos e 16,7% não informou. Em 2020, 6,3% tinham até 6 meses, 12,5% até um ano, 18,8% de 3 a 5 anos, 25% tinham de 5 a 10 anos, 12,5% acima de 10 anos e 25% não informou. Já em 2021, 8,2% tinham até 6 meses, 4,1% até um ano, 8,2% até dois anos, 12,2% de 3 a 5 anos, 10,2% de 5 a 10 anos, 20,4% acima de 10 anos e 36,7% não informou. Se somarmos as estatísticas das mulheres que

convivem com o autor de violência numa janela de 3 a 10 anos, teremos a margem de 61,10% para o ano 2019, a porcentagem de 56,3% para 2020 e 42,8% para o ano de 2021. corroborando com a ideia do autor Guimarães et al. (2017, p. 04) quando assevera que “A repetição do ciclo faz com que a mulher se adapte aos altos e baixos da vivência conjugal” , mostrando a complexa dificuldade que elas terão em romper com o relacionamento abusivo, sem o apoio de uma rede de atendimento especializada, pois em 2019 já 22,2% das mulheres viviam a mais de 10 anos com o autor de violência, em 2020 foram 12,5% e em 2021 foram 20,4%.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de toda metodologia empregada e dos resultados obtidos com esta pesquisa, foi possível traçar o perfil das mulheres atendidas no triênio de 2019, 2020 e 2021.

Sendo possível concluir que não apenas mulheres brasileiras foram atendidas, mas mulheres de 4 nacionalidades (mulheres argentinas, paraguaias, venezuelanas e cubanas), que todas as mulheres atendidas no ano de 2019 possuíam entre 20 e 59 anos, representados nos números de 93,8% para o ano de 2020 e 89,8% em 2021. Que em questão de raça ou cor foi possível identificar mulheres brancas, pretas e pardas, mas devido a não localização desta informação nas fichas, não foi possível definir exatamente o recorte de raça.

Podemos concluir ainda, através do recorte da escolaridade, que o acesso a escolarização ainda se constituiu uma dificuldade para todas elas, havendo em 2019 apenas 5,6% das mulheres que conseguiram concluir o ensino médio, e também 5,6% o nível superior. Em 2020 6,3% conseguiram concluir o nível superior e 25% têm o nível médio completo. Já em 2021 houve 8,2% de mulheres com ensino superior completo, 2% com ensino superior incompleto e 8,2% com ensino médio completo, isto também rebate na questão do espaço público e privado, o quanto a violência de gênero delimita para as mulheres ao espaço privado, a dificuldade em concluir o ensino médio ou acessar o ensino superior é resultado do deslocamento delas para o ambiente doméstico, que não público e de destaque, pois o acesso a escolarização, poderá possibilitar melhores oportunidades de emprego e realização e igualdade de gênero.

Outro dado importante é a questão dos filhos, em 2019 apenas 5,6% não tinham filhos, em 6,3% em 2020 e apenas 4,1% não tinham filhos, o fato de ter dependentes pode implicar maiores dificuldades na quebra do ciclo da violência, uma vez que implica a ela toda a dificuldade econômica no subsídio de sua sobrevivência, bem como corrobora com os motivos que as mantêm no ciclo, um deles para os autores Souza; Ros (2006, p.524) é a criação dos filhos “pois muitas vezes as mulheres acreditam ser necessária a presença da “figura paterna na educação”.

No que tange a questão da vulnerabilidade social que tem nos autores Moreira; Arcoverde, (2021, p. 7) a descrição das “famílias e indivíduos, em situação de desemprego e precarização da vida, violência, fragilização dos vínculos sociais e familiares, exclusão social, identidades estigmatizadas, desvantagem por deficiência, exclusão pela pobreza”

sendo possível evidenciar que as mulheres se encontram em situação de vulnerabilidade social, pois em que em 2019, 70,6% recebiam auxílio Brasil, em 2020 foram 60,8% e em 2021 houve 44,9% recebia. Soma-se a isso a questão da moradia, quando perguntado as mulheres se possuíam casa própria, em 2019, 50% não possuía. Em 2020, 68,8% não possuíam e 71,4% em 2021, podemos atrelar a questão habitacional ao questão do risco social, visto que de acordo com Moreira; Arcoverde (2021, p.) a PNAS/2004 define como risco pessoal e social as famílias e pessoas que estão sob as adversidades, incorrendo danos e risco pessoal, exclusão. Logo, estas mulheres estão sob risco pessoal e social, quando não atendidas pelos programas de moradias e frente aos danos que a violência de gênero, sendo necessário inclusive que fossem abrigadas na Casa Abrigo de Mulheres.

No que tange ao ciclo de violência, foi possível observar que elas estão inseridas no ciclo da violência, principalmente quando observamos que em 2019, 44,4% já haviam sido atendidas pelo Centro de Referência a Mulher, 56,3% em 2020 e 40,8% em 2021, considerando ainda a este dado a ideia do tempo de relacionamento com o autor de violência, que em 2019, 16,7% tinham um relacionamento de 3 a 5 anos, 22,2% de 5 a 10 anos e 22,2% acima de 10 anos. Em 2020, 18,8% tinham entre 3 e 5 anos, 25% tinham entre 5 e 10 anos e 12,5% acima de 10 anos. Já em 2021, 12,2% tinham de 3 a 5 anos, 10,2% de 5 a 10 anos e 20,4% acima de 10 anos, somado ao fato da reincidência, quando elas retornaram pelo menos uma vez com o autor, houveram para 2019, 44,4%, para 2020 33,1% e 34,7 para o ano de 2021. Todas essas estatísticas demonstram a dificuldade que elas detêm em romper o relacionamento abusivo, e a constatação da fase 2 denominada lua de mel, quanto encontramos na reincidência um retorno para o relacionamento.

Houve também a constatação de que pandemia multiplicou a vulnerabilidade das mulheres, pois o isolamento domiciliar trouxe “consequências perversas para as milhares de mulheres brasileiras em situação de violência doméstica, na medida em que [...] são obrigadas a permanecerem em casa com seus agressores (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020, p. 01), também vincula-se a este fato, a busca pelos serviço de acolhimento na Casa Abrigo de mulheres, se compararmos por exemplo os atendimentos realizados durante o ano de 2019, aos anos pandêmicos 2020 e 2021, podemos aferir que, houve 91 acolhimento em 2019 para 117 em 2020 e 128 em 2021. Ainda, no ano de 2019 apenas 55,6% necessitaram de abrigo institucional pela primeira vez, em 2020 foram 68,8% e em 2021, 71,4%. Demonstrando assim que a pandemia acentuou a curva da violência de gênero.

Portanto, esta pesquisa conseguiu atingir seu objetivo quando respondeu que

mulheres brasileiras e estrangeiras utilizam este importante serviço na fronteira, que elas ainda estão no ambiente privado, poucas tiveram acesso a escolarização, e que este isolamento doméstico, pode ser visto como “uma forma de violência em que o parceiro íntimo busca enfraquecer a rede de apoio da mulher, afastando-a do convívio social, proibindo-a de relacionar-se com familiares e amigos” (Netto *et al.* 2017, p.1).

Sobre as reflexões do ciclo de violência, foi possível identificar que um ciclo de violência pode demorar décadas, que muitas mulheres possuem anos de relacionamento com o autor, havendo ainda uma parte considerável que já havia sido atendida pela rede, justificando toda a complexidade em romper o relacionamento abusivo.

Ainda, devemos asseverar que a pandemia aumentou a procura pelo serviço de acolhimento, e que o serviço poderia ser aprimorado no sentido de se desenhar também as mulheres estrangeiras que perpassam pela região de fronteira.

Esta pesquisa permitiu perceber a complexidade da trama que mantém as mulheres nos ciclos de violência, que a concepção da categoria gênero permite visualizar as desigualdades em que essas mulheres estão inseridas que é sim um problema de saúde pública e estrutural, que são reincidentes na casa abrigo pois falta renda, rede de apoio e filhos influenciam diretamente na permanência do ciclo de violência. Ainda, esta pesquisa aponta ainda para resultados que poderão subsidiar de base para elaboração de políticas públicas direcionadas para a região de fronteira e o fortalecimento da rede de proteção a mulher em Foz do Iguaçu.

A devolutiva será realizada através da destinação de uma cópia desta pesquisa para a Casa Abrigo de Mulheres e a elaboração de um banner, contendo as principais informações sobre a pesquisa, para que sirva de material visual em palestras sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Patrícia Pereira Tavares de et al. Perfil da mulher vítima de violência de gênero: um estudo documental. **Revista E-Ciência**, [s.l.], v. 6, n. 1, jul. 2018.

ALVES, Mário Aquino. Terceiro setor: as origens do conceito. In: **Anais do ENANPAD 2002**. Salvador, 2002. Disponível em: https://www.ufjf.br/virgilio_oliveira/files/2014/10/01-b-Alves-2002.pdf. Acesso em: 02 ago. 2023.

ANDRADE, Alexandre Carvalho de. A Cidade Média nas Três Fronteiras - Dinâmicas socioespaciais em Foz do Iguaçu (PR). **Geografia (Londrina)**, Londrina, v. 31, n. 1, p. 157-177, 12 jan. 2022. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/43773>. Acesso em: 02 ago. 2023.

BALBINOTTI, Izabele. A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo. **Revista da Esmesc**, [s.l.], v. 25, n. 31, p. 239-264, 19 dez. 2018. Disponível em: <https://revista.esmesc.org.br/re/article/view/191/165>. Acesso em: 02 ago. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Pesquisa DataSenado**: violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/violencia-domestica-e-familiar-contr-a-mulher-2021/>. Acesso em: 31 jul. 2023.

BRASIL. Secretaria especial de políticas para as mulheres. **Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres**. Brasília, 2010. Disponível em: https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/politica_nacional_enfrentamento_a_violencia.pdf. Acesso em: 01 ago. 2023.

BRASIL. Secretaria de políticas para as mulheres. **Diretrizes nacionais para o abrigo de mulheres em situação de risco e de violência**. Brasília, 2011. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/copy_of_acervo/outras-referencias/copy2_of_entenda-a-violencia/pdfs/diretrizes-nacionais-para-o-abrigamento-de-mulheres-em-situacao-de-risco-e-de-violencia. Acesso em: 01 ago. 2023.

CARVALHO, Amilton da Cota et al. A questão social: violência contra a mulher. **Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 1, n. 16, p. 201-210, mar. 2012. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/260/260>. Acesso em: 02 ago. 2023.

CASSADO, Desirée da Cruz; GALLO, Alex Eduardo; ALBUQUERQUE, Lúcia Cavalcanti de. Transtorno de Estresse Pós-Traumático em mulheres vítimas de violência doméstica: um estudo piloto. **Perfil & Vertentes**, São Carlos, v. 1, n. 15, p. 100-109, jan. 2003. Disponível em: <https://www.mpbba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos->

humanos/direitos-das-mulheres/artigostesesdissertacoes/adoecimento_dano_transtornos_pericia/transtorno_de_estresse_pos_traumatico_em_mulheres_vitimas_de_violencia_domestica.pdf. Acesso em: 02 ago. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19**. 3. ed., 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/05/violencia-domestica-covid-19-ed03-v3.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2023.

FOZ DO IGUAÇU. Secretária Municipal de Assistência Social. **Projeto Político Pedagógico de Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência**. Foz do Iguaçu, 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Organizado por Tatiana EngelGerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Ciclo da violência**: saiba identificar as três principais fases do ciclo e entenda como ele funciona. 2023. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/ciclo-da-violencia.html>. Acesso em: 01 ago. 2023.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **A cada dia, uma mulher morre por ser mulher**. 2023. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/a-cada-dia-uma-mulher-morre-por-ser-mulher/>. Acesso em: 02 ago. 2023.

LISBOA, Teresa Kleba. Violência de gênero, políticas públicas para o seu enfrentamento e o papel do serviço social. **Temporais**, Brasília, v. 14, n. 27, p. 33-56, jan. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/6543/5839>. Acesso em: 31 jul. 2023.

LISBOA, Teresa Kleba; PINHEIRO, Eliane Aparecida. A intervenção do serviço social junto à questão da violência contra a mulher. **Katálysis**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 199-210, jul. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/61111/5675>. Acesso em: 02 ago. 2023.

MAPA de violência de gênero no Paraná. **Gênero e número**. Disponível em: <https://mapadaviolenciadegenero.com.br/pr/>. Acesso em: 31 jul. 2023.

MARANHÃO. Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. **Violência doméstica contra a mulher**: prevenção sustentável. São Luís, 2020. Disponível em:

https://www.mpma.mp.br/arquivos/COCOM/CARTILHA_-_PREVEN%C3%87%C3%83O_SUSTENT%C3%81VEL_FINAL_2020.pdf. Acesso em: 01 ago. 2023.

MELLO, Rafaela Zago de. **Rede de atendimento à mulher em situação de violência em Foz do Iguaçu - PR: diagnóstico e estratégias de fortalecimento**. 45 f. TCC (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública, Universidade Federal do Paraná, Foz do Iguaçu, 2019. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/60552/R%20-%20E%20-%20RAFAELA%20ZAGO%20DE%20MELLO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 ago. 2023.

MARTINS, Adriano *et. al.* **Análise do perfil metodológico das dissertações de mestrado profissional em administração universitária da Universidade Federal de Santa Catarina apresentadas no período de 2012 a 2015**. XVI Coloquio Internacional de Gestión Universitaria – CIGU. Arequipa – Peru, 23, 24 e 25 de noviembre de 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/170838>. Acesso em 10 jul. 2022.

MOREIRA, Ana Virginia do Nascimento; ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Os conceitos de risco e vulnerabilidade social na PNAS/2004: em busca de seus significados. **X Jornada Internacional Políticas Públicas**, p. 1-15, nov. 2021. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoid_465_465610871a20efe2.pdf. Acesso em: 01 ago. 2023.

MOREIRA, Virginia; BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; VENÂNCIO, Nadja. O estigma da violência sofrida por mulheres na relação com seus parceiros íntimos. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 2, p. 398-406, ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/4xyhTgzY4CpZ8W5xmV78JJS/>. Acesso em: 01 ago. 2023.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, [s.l.], v. 18, n. 1, p. 49-55, abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/VwnvSnb886frZVkpBDpL4Xn/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 02 ago. 2023.

NETTO, Leônidas de Albuquerque *et al.* Isolamento de mulheres em situação de violência pelo parceiro íntimo: uma condição em redes sociais. **Escola Anna Nery - Revista de Enfermagem**, v. 21, n. 1, p. 1-8, jan. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/vmFS8554cXpP3NQKNyTkPPb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 31 jul. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra, 2002. Disponível em: <https://opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude-1.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **Devastadoramente generalizada**: 1 em cada 3 mulheres em todo o mundo sofre violência. 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 01 ago. 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **Histórico da pandemia de COVID-19**. 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 01 ago. 2023.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, “Convenção de Belém do Pará”**. Belém, 1994. Disponível em: <http://www.cidh.org/basicos/portugues/m.belem.do.para.htm>. Acesso em: 01 ago. 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. OMS declara emergência de saúde pública de importância internacional por surto de novo coronavírus. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/30-1-2020-who-declares-public-health-emergency-novel-coronavirus>. Acesso em: 03 ago. 2023.

SOUZA, Patrícia Alves de; ROS, Marco Aurélio da. Os motivos que mantêm as mulheres vítimas de violência no relacionamento violento. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis, n. 40, p. 509-527. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacf/article/view/17670>. Acesso em: 31 jul. 2023.

PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **A violência doméstica funciona como um sistema circular – o chamado Ciclo da Violência**. 23 ago. 2019. Facebook: TJPRoficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/TJPRoficial/photos/a-viol%C3%Aancia-dom%C3%A9stica-funciona-como-um-sistema-circular-o-chamado-ciclo-da-viol%C3%AA/392638481322075/>. Acesso em: 01 ago. 2023.

PARANÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Ciclo da Violência**. 2023. Disponível em: <https://www.tjpr.jus.br/web/cevid/ciclo-violencia>. Acesso em: 01 ago. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular : Fundação Perseu Abramo, 2015. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/10/genero_web.pdf. Acesso em: 02 ago. 2023.

SCOTT, Joan. **Gender**: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York, Columbia University Press. 1989. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 01 ago. 2023.

SESSI, Liliane Soares. **Dossiê do estágio obrigatório em serviço social**. 183 f. - Curso

de Serviço Social, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Livro eletrônico, 1^o Ed. São Paulo: Cortez, 2013. Disponível em:
https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf. Acesso em 10 jul. 2022.

SOUZA, Nívia Augusta Costa; COSTA, Karine Ferreira (orientadora). **Fatores que levam as mulheres a permanecerem em relacionamentos abusivos**: entendendo subjetividades subjugadas. 2020. 14 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Faculdade Ciências da Vida, Sete Lagoas, 2020. Disponível em:
https://www.faculdadecienciasdavid.com.br/sig/www/openged/ensinoBibliotecaVirtual/000186_624c60ecc874c_048596_5fecf47632e0c_NIVIA_AUGUSTA_COSTA_SOUZA.pdf. Acesso em: 01 ago. 2023.

SOUZA, Patrícia Alves de; ROS, Marco Aurélio da. Os motivos que mantêm as mulheres vítimas de violência no relacionamento violento. **Revista de Ciências Humanas**: EDUFSC, Florianópolis, n. 40, p. 509-527, out. 2006. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/17670/16234>. Acesso em: 01 ago. 2023.

TIPOS de violência e quebra do ciclo. **Dr. Kleber Godoy**. 2020. Disponível em:
<https://www.klebergodoy.com/single-post/2020/09/09/tipos-de-viol%C3%Aancia-e-quebra-do-ciclo>. Acesso em: 01 ago. 2023.

ANEXOS

ANEXO A – FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS

05/06/2023, 09:02

Formulário para TCC Serviço Social

Formulário para TCC Serviço Social

* Indica uma pergunta obrigatória

1. 1 - Nacionalidade: *

2. 2 - Faixa etária: *

Marcar apenas uma oval.

 Menor de idade Entre 18 a 19 anos Entre 20 a 59 A partir de 60 anos Outro:

3. 3 - Cor ou Raça: *

Marcar apenas uma oval.

 Branca Parda Preta Amarela Indígena

Aline

https://docs.google.com/forms/d/1ZhvNQ2856KH-YAmlW9lXKcFm4dPjg9gX0Z_lFmyB9E/edit?ts=64764803

1/8

05/06/2023, 09:02

Formulário para TCC Serviço Social

4. 4 - Escolaridade: *

Marcar apenas uma oval.

- Sem instrução
- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo

5. 5 - Número de filhos *

Marcar apenas uma oval.

- 0
- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- >5

6. 6 - Os filhos acompanharam a mãe no abrigo? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não



05/06/2023, 09:02

Formulário para TCC Serviço Social

7. 7 - Ocupa alguma atividade remunerada? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

8. 8 - Se sim, qual é o tipo de atividade:

Marcar apenas uma oval.

Empregada formal

Empregada informal

Servidora pública

Autônoma

9. 9 - Recebe algum benefício social ou aposentadoria?

Marcar apenas uma oval.

Auxílio Brasil ou atual Bolsa Família?

BPC

Aposentadoria

10. 10 - Renda familiar (incluindo o autor):

Marcar apenas uma oval.

Até 1SM

Entre 1SM e 2SM

Entre 2SM e 3SM

Acima de 3SM

Almeida

05/06/2023, 09:02

Formulário para TCC Serviço Social

11. 11 - Quantas pessoas moravam na casa (incluindo o autor):

Marcar apenas uma oval.

- 2 pessoas
- 3 pessoas
- 4 pessoas
- 5 pessoas
- 6 pessoas
- 7 pessoas
- 8 pessoas
- Editável

12. 12 - Possui casa própria? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

Alvo

05/06/2023, 09:02

Formulário para TCC Serviço Social

13. 13 - Bairro onde mora: *

Marcar apenas uma oval.

- Centro
- Mata Verde
- Remanso
- Parque Nacional
- Foz do Rio São João
- Vila Bananal
- Alto da Boa Vista
- Vila A
- Portal da Foz
- Cataratas
- Vila C
- Jardim Ipê
- Cognópolis
- Três Fronteiras
- Cidade Nova
- Lago de Itaipu
- Polo Centro
- Três Lagoas
- Portes
- Centro Cívico
- KLP
- Náutica
- Itaipu Binacional
- Panorama
- Monjolo
- Três Bandeiras
- Morumbi
- Universitário
- Maracanã
- Yolanda
- Arroio Dourado
- Alvorada

Alinohttps://docs.google.com/forms/d/1ZHVNQ2856KH-YAmN9IXKcFm4dPp9gXXZ_jFmyB9EiedR?ts=64764803

5/8

05/06/2023, 09:02

Formulário para TCC Serviço Social

- Campos do Iguaçu
- Lancaster
- Vila B
- Carimã
- Jardim América
- Lote Grande
- Porto Belo
- Jardim Bourbon
- Porto Meira

14. 14 - Já foi atendida pelo CRAM? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

15. 15 - É a primeira vez no abrigo? *

Marcar apenas uma oval.

- Não
- Sim

16. 16 - Qual o tipo de violência sofrida? *

Marcar apenas uma oval.

- Psicológica
 - Física
 - Patrimonial
 - Moral
 - Sexual
- Abuse*

06/06/2023, 09:02

Formulário para TCC Serviço Social

17. 17 - Natureza da Violência:

Marcar apenas uma oval.

- Violência Doméstica
- Violência Contra Mulher
- Violência Familiar
- Estupro de Vulnerável
- Tráfico de Pessoas
- Ameaça do Crime Organizado (PCC)
- Outro: _____

18. 18 - Reincidência com o autor ?

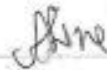
Marque todas que se aplicam.

- Sim
- Não

19. 19 - Tempo de relacionamento com o autor?

Marcar apenas uma oval.

- Até 6 meses
- Até 1 ano
- Até 2 anos
- De 3 a 5 anos
- De 5 a 10 anos
- Acima de 10 anos



Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

https://docs.google.com/forms/d/1ZhVNDQ2856kH-YAmW9IXKcFm4dPp9gX0Z_JFmyB9E/edit?ls=64764803

7/8

ANEXO B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL PARA USO DE DOCUMENTOS



Ministério da Educação
 Universidade Federal da Integração Latino-Americana
 Instituto Latino Americano de Economia, Sociedade e Política
 Curso de Graduação em Serviço Social



TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL PARA USO DE DOCUMENTOS

Esclarecimentos

Esta é uma solicitação de autorização para consulta documentos institucionais na pesquisa intitulada Reflexões sobre o Ciclo de Violência e Perfil Sócio das mulheres em situação de violência atendidas na Casa Abrigo de Foz do Iguaçu a ser realizada na instituição Casa Abrigo para Mulheres em Situação de Violência e Risco de Morte – endereço sigiloso , pela aluna de graduação Lilliane Soares Sessi do Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Integração Latino Americana, que tem por objetivo principal: identificar e elaborar o perfil socioeconômico das mulheres atendidas na Casa Abrigo em Foz do Iguaçu nos anos de 2019 e 2020 e 2021 e refletir sobre o ciclo de violência. Trata-se de uma pesquisa de metodologia quantitativa e revisão bibliográfica e documental.

A partir do exposto, solicitamos sua valiosa colaboração, no sentido de autorizar o acesso aos prontuários de atendimentos físicos ou digitais pela pesquisadora responsável Lilliane Soares Sessi, a fim de contribuir para a construção de seu TCC – Trabalho de Conclusão de Curso. Destacamos que todas as etapas serão prosseguidas de acompanhamento pela professora orientadora da pesquisa Dra. Juliana Domingues.

Salientamos que os dados coletados serão mantidos em sigilo de acordo com o Lei nº 8662/93 que regulamenta a profissão do Assistente Social, no que tange o Art. 16 do Código de Ética "O sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional.", mantendo assim a preservação da identidade das usuárias em pesquisa.

Os dados recolhidos serão utilizados tão somente para a realização deste estudo.

Serão tomadas também as seguintes precauções para que não haja danos aos documentos: realizar a pesquisa documental sob a supervisão de

Slive



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Instituto Latino Americano de Economia, Sociedade e Política
Curso de Graduação em Serviço Social



CONSENTIMENTO PARA USO DE DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

Por ter sido informado verbalmente e por escrito sobre os objetivos e metodologia desta pesquisa, concordo em autorizar o manuseio e a utilização dos documentos institucionais supracitados.

O descumprimento desses condicionamentos assegura-me o direito de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa.

Foz do Iguaçu , 05 de Junho de 2023

Aline Ferreira Braz

Assinatura do responsável pela instituição

Aline Ferreira Braz - Coordenadora

Casa Abrigo para Mulheres em Situação de Violência

Carimbo responsável da Instituição*

um Educador Social de plantão, visando localizar com melhor êxito e aproveitamento os arquivos e o manuseio destes.

Os dados coletados serão guardados em local seguro HD, sob a responsabilidade da aluna de graduação Liliane Soares Sessi, pesquisadora responsável e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar as participantes.

Para fins de registro no que se refere aos dados que serão pesquisados nos prontuários segue em anexo o roteiro com rol de perguntas.

A Instituição ficará com uma via deste documento, elaborado em duas vias, e toda dúvida que tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente ao Professora Orientadora Juliana Domingues, pelo telefone celular (45) 99934-8594 ou pelo e-mail juliana.domingues@unila.edu.br

Foz do Iguaçu, 06 de junho de 2023



Pesquisadora Dra. Juliana Domingues



Liliane Soares Sessi - Aluna de Graduação

